

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Gabriela Gonzalez Furia

**Uma sociedade geográfica para um país escravista-mercantil: a Sociedade de Geografia do  
Rio de Janeiro entre a autocracia e a dependência**

São Paulo  
2025

GABRIELA GONZALEZ FURIA

**Uma sociedade geográfica para um país escravista-mercantil: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre a autocracia e a dependência**

Versão Corrigida

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo  
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Furia, Gabriela Gonzalez  
F984s      Uma sociedade geográfica para um país  
escravista-mercantil: a Sociedade de Geografia do Rio  
de Janeiro entre a autocracia e a dependência /  
Gabriela Gonzalez Furia; orientador Manoel Fernandes  
de Sousa Neto - São Paulo, 2025.  
79 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Humana. 2. História da Geografia. 3. Geografia histórica. 4. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 5. sociedades geográficas. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de, orient. II. Título.

FURIA, Gabriela Gonzalez. **Uma sociedade geográfica para um país escravista-mercantil: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre a autocracia e a dependência.** Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em: 18/12/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

A todos que dedicam os seus melhores dias a  
compreender e cambiar este país.

## AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa e uma graduação não se fazem a poucas mãos. Este Trabalho de Graduação Individual, nesse sentido, carrega também as marcas desse percurso formativo que se estendeu para muito além das salas de aula, e cujos encontros não poderiam deixar de receber ao menos algumas poucas linhas como forma de reconhecimento por estes anos de formação.

Agradeço, em primeiro lugar, ao orientador e amigo, Manoel Fernandes de Sousa Neto, pelos anos de trocas, aprendizados, considerações, e pelas tantas janelas que me vem apontando e convidando a abrir ao longo desses anos.

Aos amigos que fizeram parte dessa trajetória, nos apoiando, e que de alguma forma deixam sua marca também nesse trabalho. Não foram fáceis os dois anos de ensino remoto que enfrentamos, com demasiadas perdas em função do negacionismo e do projeto de destruição que à época comandava o país e aprofundava ainda mais o seu quadro de permanente autocracia. Dentro e fora de sala de aula, foram os encontros, as trocas, os debates, o suporte e os vínculos com cada um que preencheu esses anos. Não é exagero dizer que sem vocês não seria possível. Espero que saibam.

Especialmente ao Guilherme, grande amigo, referência, camarada, é até difícil imaginar o que seria a graduação sem você. Foram muitas as aulas, os debates, elucubrações, reuniões, inúmeras assembleias, idas à USP em meio às férias, e que se tornaram mais prazerosas porque estivemos juntos. À Isabela, também destaco este agradecimento nominal pela grande amiga que é, e porque marcou a nossa graduação desde os seus primeiros dias. Esses anos não seriam os mesmos sem você por perto. Ao Luca, por aquele encontro que tanto me marcou e que acabou por pavimentar muitos dos caminhos dos últimos anos e dos próximos também, e que teve como um dos resultados essa amizade de muita cumplicidade, que já dura também alguns bons anos.

Aos amigos e colegas com quem dividi a reconstrução do CEGE ao longo de todos esses anos, fica aqui a minha dedicatória, admiração e felicidade em poder dizer que o nosso curso tem hoje um centro acadêmico presente, atuante, e profundamente conectado aos principais problemas do curso, da USP e do país. Reivindicar o sentido, a orientação e a apropriação do conhecimento que é produzido na Universidade de São Paulo, para que a USP se vincule e se comprometa com a resolução dos principais problemas do nosso povo é um desafio tremendo, e é também a condição para que se erga uma universidade que seja feita do povo, para o povo, e pelo povo. E disso não nos esquecemos. Vocês são imprescindíveis.

Aos meus camaradas da JCA, de norte a sul do país, e especialmente aos de São Paulo, que dão profundidade e consequência a tudo isso. Com vocês aprendi, no dia a dia, o que é a camaradagem, e cuja abnegação e dedicação a lutar por tudo que o nosso povo merece me colocam também em movimento. Todos os dias. É com vocês que aprendo o bom, o justo, o melhor do mundo. A tônica do Florestan nos dá o eixo: “Não se deixar cooptar. Não se deixar esmagar. Lutar sempre!”. Avançar!

Ao GMarx e ao GECA, pelas reuniões e trocas que preencheram e ampliaram a nossa formação. Muito do entendimento que temos sobre a forma de se fazer ciência foi construído com vocês. Aos grupos de estudos informais que acabamos por criar, e especialmente ao Tom e ao Ivan, que embarcaram nessa com a gente. Sigo aprendendo muito com vocês.

À Vitória, pela ajuda imprescindível nos últimos dias para que pudéssemos arrematar este trabalho.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, pela dedicação, seriedade e disposição.

Aos amigos que, fora do curso, fizemos ao longo desses anos, e particularmente no IIEP, fica aqui também o meu agradecimento. Sem o apoio, a fraternidade e o companheirismo de vocês os dias seriam não só mais duros como menos divertidos, e isso de alguma forma aparece também nesta conclusão de curso. Especialmente ao Pedro – o Magrão –, ao Miguel e à Manuela, pelos anos que dividimos o dia a dia, e ao Pedro – o Peu – e ao Gabriel por tanta solidariedade e pelo apoio fundamental nessa reta final.

À Gabrielle, à Tamires e ao Winicius, que são casa. Não foram poucas as vezes que me ouviram longamente nesses últimos meses e dividiram as angústias e as alegrias de todo esse processo de reflexão. Pela cumplicidade, parceria e por essa amizade tão sensível e carinhosa, tenho muita sorte de dividir a vida com vocês.

Aos meus pais agradeço pela educação amorosa, compreensão, parceria e autonomia para se trilhar os caminhos dessa vida, já há tantos anos. Fica aqui a minha singela homenagem a vocês dois. À minha avó, que hoje estaria comemorando mais esse passo comigo. À Bel, por ser amiga e também família.

Parte da pesquisa que desembocou neste Trabalho de Graduação Individual contou, ao longo de dois anos de nossa graduação, com financiamento da FAPESP na modalidade de Bolsa de Iniciação Científica, processo n. 2021/07316-0 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo que agradecemos à Fundação.

*“A universidade e a especialização criaram um processo profundo e persistente de fragmentação do trabalho de investigação em todas as ciências. O sociólogo, o historiador, o antropólogo, o cientista político, o psicólogo, mesmo quando marxistas, sucumbem a essa tendência, afirmindo-se primeiramente em nome de sua especialidade. Marx e Engels trabalharam numa direção oposta, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a história como uma ciência de síntese. [...] Não me posso pôr à altura, mas tenho consciência de que me esforcei para sair da pele do especialista e do adepto do marxismo, para entender melhor a sua concepção de ciência e de ciência da história. De qualquer modo, em nenhum momento senti-me em contradição com as ideias que cheguei a defender no campo da sociologia ou com as esperanças de todos os socialistas, de que as relações entre ciência e sociedade serão profundamente alteradas no futuro”*

Florestan Fernandes

## RESUMO

FURIA, Gabriela Gonzalez. **Uma sociedade geográfica para um país escravista-mercantil: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre a autocracia e a dependência.** 2025. 79 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) — Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

A partir dos estudos sobre a formação social e territorial brasileiras, este trabalho de conclusão de curso busca investigar as relações existentes entre a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) e a sociedade escravista-mercantil do século XIX. Partimos da compreensão de que as sociedades geográficas tiveram papel fundamental no processo de universalização do capital, em especial a partir da segunda metade dos oitocentos, e que tal processo teve como agentes relevantes os membros dessas Sociedades à época. No caso brasileiro, buscamos investigar a especificidade de uma sociedade geográfica cuja atuação está centrada em uma sociedade escravista de um país periférico. Para tanto, enfocamos nesta pesquisa a análise sobre a composição de classe da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, suas atividades, e particularmente o seu envolvimento no caso da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, exemplar do engendramento da SGRJ com os planos para a formação de uma “nação” no território brasileiro em meio à passagem lenta, autocrática e dependente à ordem competitiva.

**Palavras-chave:** sociedades geográficas; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; história da geografia; formação social brasileira; escravismo-mercantil.

## **ABSTRACT**

FURIA, Gabriela Gonzalez. **A geographical society for a slave-mercantile country: the Geographical Society of Rio de Janeiro between autocracy and dependency.** 2025. 79 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) — Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

Based on studies of Brazilian social and territorial formation, this research seeks to investigate the relationships between the Geographical Society of Rio de Janeiro (SGRJ) and the slave-trading society of the 19th century. We understand geographical societies played a fundamental role in the process of capital universalisation, especially from the second half of the 19th century onwards, and that the members of these Societies at the time were key agents in this process. In the Brazilian case, we seek to investigate the specificity of a geographical society whose activities are centred on a slave-owning society in a peripheral country. To this end, we will focus this research on analysing the class composition of the Geographical Society of Rio de Janeiro, its activities, and particularly its involvement in the construction of the Madeira-Mamoré Railway, an example of the SGRJ's involvement in the plans to build a “nation” in Brazilian territory amid the slow, autocratic and dependent transition into a competitive order.

**Keywords:** geographical societies; Geographical Society of Rio de Janeiro; history of geography; Brazilian social formation; mercantile-slavery.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1 - Fundação das sociedades geográficas, 1821-1914 por ano e continente.....	49
Figura 2 - Rios e estradas de ferro na América do Sul (1917).....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
BSGRJ	Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro
CNG	Conselho Nacional de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RGS	Royal Geographical Society
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa
SGRJ	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO ANTE A AUTOCRACIA.....</b>	<b>36</b>
<i>2.1 — A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em meio às sociedades de geografia</i>	43
<b>CAPÍTULO 3: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO ANTE A DEPENDÊNCIA.....</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

A incursão que este trabalho proporcionou foi motivada pela curiosidade sobre o século XIX em dois âmbitos distintos. Os que estão familiarizados com a historiografia sobre a ciência geográfica feita no Brasil bem sabem, por muito tempo permaneceu sobre o século XIX como que um “óbice ideológico” (Sousa Neto, 2001), que inviabilizou os estudos de abordagem geográfica sobre o período. Essa concepção estava calcada em um entendimento de que não haveria ciência geográfica no Brasil no período precedente à sua institucionalização universitária e em demais instituições de cunho geográfico, como a Associação dos Geógrafos Brasileira (AGB), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), todos fundados na década de 1930, respectivamente em 1934, 1937, 1940 e com a fundação do curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo, também em 1934.

Essas concepções na forma de se produzir a história da Geografia tiveram veios profundamente miméticos, difusionistas, internalistas, cartesianos ou memorialistas, visto que se amparavam e equiparavam pela produção oriunda da Europa para medir o que seria “a boa ciência” (Sousa Neto, 2001).

O lento processo de se erigir bases próprias para a elaboração acerca da Geografia feita no Brasil, traria, entretanto, novos ares ao subcampo disciplinar, que, de outro lado, também resguardava continuidades importantes de seus antecessores (Sousa Neto, 2001). Foi por fruto desse processo que as sociedades geográficas passaram a ser um objeto de estudo possível para as análises de abordagem geográfica, como foram os casos de Sergio Nunes Pereira (1988; 2002), Cristina Pessanha Mary (2005; 2010), Perla Zusman (1996) e Luciene Carris (2003; 2013), dentre outros. Os estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por sua vez, são mais extensos, o que pode ser tributado ao percurso distinto que o campo disciplinar da História traçou.

Apesar disso, no campo disciplinar da Geografia, a reincidência nestes estudos sobre o percurso estritamente institucional das sociedades geográficas nos dava a impressão de que, entre as continuidades e as descontinuidades dessas histórias da Geografia, as eleições teórico-metodológicas que foram feitas pelos autores em grande medida deixavam ao largo alguns aspectos que para nós foram ganhando centralidade, nomeadamente os processos que dizem respeito à formação territorial e social brasileira. Isso porque, para compreender o papel específico que as sociedades geográficas cumpriram a seu tempo, entendemos que não poderíamos nos furtar à compreensão da sociedade em que ela estava inserida, o que poderia

corresponder a dizer que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro não paira acima de um modo de produção, e que, nesse sentido, ela também estaria atrelada aos processos que deram marca à formação territorial brasileira. Assim, mais do que estudar o *discurso geográfico*, queríamos mirar as *práticas* às quais esses senhores de fins do século XIX estavam vinculados, e quais as implicações de ordem especificamente geográfica (entendendo, aqui, que a compõem aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais) que estas ações relegariam à formação do território.

Emoldurado por este entendimento, os acontecimentos que transcorreram no século XIX no Brasil também nos chamavam a atenção pela sua especificidade, que acabam por congregar a gênese de vários dos processos sociais com os quais nos deparamos hoje. Como o professor Florestan Fernandes destaca, o processo disparado pela “autonomização política constitui um complexo processo histórico-social, no qual lançam suas raízes todos os desenvolvimentos decisivos ulteriores da sociedade brasileira” (Fernandes, 2020: 83). Assim, a ênfase sobre o caráter “transicional” deste século, que engloba a derrocada da sociedade escravista e o engendramento e espraiamento da ordem competitiva, com a consequente formação da burguesia nativa, autocrática e dependente, marca o texto. Mais do que buscar datas exatas ou grandes marcos, entendemos que o caráter específico da formação social brasileira exige uma compreensão enfaticamente processual, e mesmo esparramada no tempo, do que foi a revolução burguesa no Brasil.

Com isso, fomos nos filiando a estas compreensões, dentro do campo disciplinar da Geografia, que entendem como necessário dar centralidade ao processo de formação territorial e social uma vez que se pretende arrolar a investigação científica desde uma perspectiva totalizante. Esse entendimento estabelece, por sua vez, ainda um outro desafio, que diz respeito à enorme especialização e parcelamento que as ciências sofrem, o que apenas se agrava considerando a situação específica das ciências sociais. Afinal, quando o que se pretende é analisar, compreender e transformar a realidade, o compromisso que se estabelece é com a realidade, e temos convicção de que o campo disciplinar da Geografia tem diversas contribuições a dar, mas que estas tampouco restringem-se a ele. Assim, buscamos dialogar com aqueles autores cujas elaborações, desde seus diferentes campos disciplinares, tinham contribuições a fazer para a investigação que levamos a cabo.

No primeiro capítulo nos detivemos centralmente na análise da categoria de formação social em suas diferentes acepções, seja como formação territorial, socioespacial ou espacial, cotejando as análises que Antonio Carlos Robert Moraes, Ruy Moreira e Milton Santos fazem desta categoria, a nível teórico, com as suas leituras sobre o processo concreto da formação

territorial e social brasileira. Escolhemos enfatizar os processos que se desenrolam no século XIX, açoitando desde o rompimento do butim colonial até a virada para o século seguinte, justamente para enquadrar alguns dos processos que dariam marca à passagem autocrática e dependente à ordem concorrencial no Brasil.

No segundo capítulo apresentamos a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) como uma instituição imersa na ordem senhorial e, por conseguinte, vinculada aos processos de internalização das suas instituições e do mercado, que caminharam lado a lado com os processos de ocupação dos fundos territoriais que foram herdados da colônia. Assim localizamos a SGRJ como uma instituição que surgiu no Brasil influenciada por processos internos ao próprio país, mas também exógenos, haja vista o fato de terem surgido tantas sociedades congêneres no mundo no mesmo período, e especialmente após a década de 1870. Foi grande o empenho pela inserção do país no “mundo moderno” pelos senhores dos estratos dominantes em aburguesamento que se filiaram a esta instituição. Os intercâmbios propiciados pelo seu Boletim entre as sociedades geográficas mundo afora foram aí delineados.

Por fim, no terceiro capítulo, exploramos as afinidades desta sociedade de geografia especificamente com os processos de ampliação do mercado interno, que tiveram como uma de suas bases os processos de catalogação e exploração do território. Os debates acerca da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que encontram no seio da SGRJ espaço para se prolongarem, são explorados, ao passo que também se revelam as afinidades destas explorações com os interesses imperiais das potências capitalistas da Europa ocidental, como foram o Reino Unido e a França, e a passos curtos, os Estados Unidos.

## CAPÍTULO 1: SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O território é o primeiro documento sobre o qual devemos nos debruçar para analisar a gênese e desenvolvimento dos processos sociohistóricos da realidade brasileira partindo de uma abordagem geográfica e totalizante. Este documento primeiro, que é um documento de barbárie (Sousa Neto, 2020), revela os processos de dominação, coerção e cooptação constituintes da formação social brasileira. Ao jogar luz sobre a gênese e desenvolvimento da formação territorial, a geografia histórica se assenta na análise e na busca de soluções para o presente, impulsionando um processo de análise com forte ênfase retrospectiva, visando ao interesse da compreensão e transformação do presente a partir da reconstituição das bases da formação social do país. A ênfase sobre o caráter processual para o entendimento da configuração de um lugar ou território, conforme Moraes (2011), pode se utilizar do presente para a reconstituição histórica da formação territorial, que revela, nos territórios atuais, determinadas materialidades políticas. Assim, a dimensão territorial é “uma particularidade e um elemento de particularização que só pode ser explicada no entendimento da formação social que lhe objetiva em cada situação histórica e geográfica” (Moraes, 2011: 10).

Para a apreensão da sociabilidade vigente se faz necessário levar em conta, em suas formas de desenvolvimento, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que engendram a vida do país. Assim, o território atual é compreendido enquanto o resultado histórico da multiplicidade de determinações destes aspectos, que pode apenas enquanto formação ser explicado, de tal sorte que “a vida social explica a formação territorial, da mesma forma que a história explica a geografia” (Moraes, 2011: 10).

As formações sociais não se reduzem aos modos de produção, senão compõem-se destes e das formas de consciência e das instituições que são coletiva e socialmente criadas sobre a base do modo de produção, a saber, a sua superestrutura. Assim, estrutura e superestrutura “se englobam e se articulam em cada formação social” (Gorender, 2016: 57), o que ocorre em função da “atribuição ontológica dos seres humanos” (Gorender, 2016: 57), ou seja, da capacidade de, por meio do trabalho, produzir e reproduzir a si mesmos e ao seu entorno.

Para Ruy Moreira (2020), este é o lugar específico do estudo da geografia, que perfaz a investigação de como o arranjo do espaço reflete e organiza as relações de troca metabólica entre os seres humanos e a natureza ao longo da história. A tríade homem-espacô-natureza se erige para “completar” a troca metabólica homem-natureza, que se realiza como realidade histórica concreta, se torna particular, no espaço, ou pela mediação do espaço. Assim, o

trabalho, fonte e condição da existência humana em qualquer contexto espaço-temporal, assume relação orgânica e central na abordagem geográfica, tanto no que diz respeito ao estatuto do trabalho ontológico, como ao do trabalho histórico-concreto. Para tanto, o modo concreto com que as sociedades se reproduzem a partir do trabalho é apreendido pela economia política do espaço. De forma convergente, Jacob Gorender (2016) afirma a economia política como a ciência dos modos de produção, de todos eles e de cada um em especial, o que inclui a apreensão de sua sucessão e as transições entre modos de produção distintos. A isso soma-se, entretanto, seja para o estudo dos modos de produção, seja para o das formações sociais, as abordagens de outros campos disciplinares, posto que “sob o prisma categorial das formações sociais, as chamadas ciências humanas superam a necessária especialização e readquirem a unidade cognoscitiva que exige seu objeto comum” (Gorender, 2016: 57).

À exigência da unidade cognoscitiva que o estudo das formações sociais impõe, Milton Santos (1977) indica a necessidade de uma noção totalizadora ao estudo da formação social, ao passo que Moraes (2011: 9) a expõe como uma “totalidade multidimensional”, exigida pela apreensão da dimensão espacial da realidade, nesta mesma chave de análise. Similarmente, também Caio Prado Jr. em seu *História e desenvolvimento* (1999: 18) muito bem assinala esse sentido apontando que

História e Sociologia, e Ciência Social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil. Apenas se distinguem nos métodos de pesquisa e elaboração científica – e mesmo assim, com muitas restrições. Os dados, o material pesquisado é da mesma natureza. O que faz com que o historiador brasileiro não deva nunca perder de vista que é também para o conhecimento do presente que ele imediata e diretamente trabalha. E que lhe cumpre portanto acentuar mais a sua atenção para aquelas circunstâncias históricas que, passadas embora, se projetam mais vivamente, em seu desdobramento e processamento futuro, nas circunstâncias de nossos dias.

Na sua caracterização da concepção de formação econômica e social, que seria também espacial — afinal, “não há sociedade a-espacial” (Santos, 1977: 81) —, o professor Milton Santos (1977) aponta com maestria a possibilidade de apreensão de uma determinada realidade simultaneamente em sua totalidade e em suas particularidades a partir da categoria em pauta. Ou seja, com a particularidade apreendida como um momento do todo, em um processo em que também o todo pode ser apreendido no momento particular. Para Santos (1977: 86)

Modo de produção, formação social, espaço — essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social.

Assim, a formação econômica e social não poderia ser apreendida fora de um movimento totalizante, relacionado a uma sociedade dada, determinada, e não a uma sociedade em geral, indeterminada. Ela é, segundo o autor, uma categoria indissociável do concreto, no que se diferenciaria da categoria de modo de produção, a qual só se determinaria através de uma formação social: “O modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam as ‘espécies’; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (Santos, 1977: 85). Ele prossegue, referenciando a seguinte citação de Garavaglia:

O conceito de modo de produção está ligado a um modelo explicativo, isto é, um conceito coerente de hipóteses nascidas da consideração de elementos comuns a uma série de sociedades que se consideram pertencentes a um mesmo tipo. Pelo contrário, o conceito de F.E.S está sempre ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização espaço-temporal (Garavaglia, 1974: 7<sup>1</sup> *apud* Santos, 1977: 85)

Também o historiador Jacob Gorender referencia esta perspectiva:

Se a formação social teve no Brasil peculiaridades que só nele se encontrarão, já o modo de produção dominante em sua concretideade conceitual, como pensamento da concretideade empírica, correspondem à mesma categoria histórica que existiu em todos os países escravistas do continente (Gorender, 2016: 88).

Esta realidade concreta referenciada pela formação social compreenderia, por sua vez, uma estrutura técnico-produtiva, a qual se expressaria geograficamente pela distribuição da atividade produtiva (Santos, 1977).

É usualmente creditada às influências de Jean Paul Sartre sobre Milton Santos a inventividade da categoria de formação socioespacial elaborada pelo geógrafo brasileiro, com a qual se apoia na noção de “prático-inerte” do existencialista francês (Silva; Engel, 2021: 298). Como expõem os autores, essas influências são indubitáveis, tantas foram as vezes que Santos retornou a Sartre em suas obras. Entretanto, estariam passando ao largo as influências e referências a outros autores nas páginas que discutem a categoria citada, dentre os quais “os próprios Marx e Engels mas não menos Antonio Labriola, um autor caro a Antonio Gramsci

---

<sup>1</sup> GARAVAGLIA, Juan. Carlos. **Modos de Producción en América Latina (Introducción)**. Cuadernos de Pasado y Presente 40, Córdoba, Siglo XXI Editores, 1974.

precisamente por seu esforço em superar a incapacidade do marxismo da II Internacional de tomar a realidade social como totalidade” (Silva; Engel, 2021: 299, tradução nossa<sup>2</sup>).

As classes sociais em atividade em um determinado território são, para Moreira (2020: 67), que também se ampara no arcabouço marxiano, aquilo que “funde espaço e sociedade, tornando-os uma mesma totalidade social” que estampa em sua morfologia e organização espacial as relações de classe. Apesar destas orientarem a “dialética do espaço do lugar” (Moreira, 2020: 67), não são as relações de classe que a originam.

Determinante em última instância da sociedade e do espaço, a estrutura das relações de produção engendra a estrutura global da totalidade social do lugar (da formação econômico-social), aqui se incluindo a estrutura de classes com seus antagonismos. Sob a determinação das relações de produção em última instância, o espaço geográfico é a própria formação econômico-social, é uma formação espacial. Sintetizamos assim a articulação fundamental à compreensão dessa dialética: aquela que existe ligando estrutura e conjuntura. A estrutura da formação social determina a estrutura do espaço, mas é a conjuntura política de cada momento constituída pela correlação de forças entre as classes sociais do lugar, que comanda seus movimentos, processos e formas (Moreira, 2020: 67).

A estrutura espacial específica do Brasil, substanciada pelo conteúdo sociopolítico do que viria a ser a assim chamada burguesia brasileira, profundamente “centralista e autoritária”, como Moreira (2013: 23) a caracteriza, amparando-se em Octavio Ianni<sup>3</sup> e Florestan Fernandes<sup>4</sup>, tem seu eixo geográfico na relação cidade-campo. A singularidade desta relação se daria, justamente, pelo jogo entre o que se conformou entre o agrarismo e o industrialismo, amalgamadas em uma construção pelo alto da revolução burguesa na passagem para o século XX, com preponderância do setor agrário sobre o outro. Ele sintetiza: “A transição da estrutura espacial colonial agromercantil para a capitalista urbano-industrial no modo como ela se fez é, assim, o produto do caráter do agrarismo e industrialismo como conteúdo da relação cidade-campo no Brasil” (Moreira, 2013: 43). As particularidades da formação social brasileira se ergueriam e movimentariam, pois, sobre este cenário, com a relação cidade-campo “[organizando] a totalidade da estrutura da formação social brasileira em suas relações para fora e para dentro em um arranjo global de espaço que é o seu espelho” (Moreira, 2013: 23). Esta concepção embasa a análise concreta que o autor traça sobre a particularidade da formação social brasileira em seus três períodos: o colonial, de transição e

<sup>2</sup> Do original: “Nevertheless, little noticed, or at least little emphasised, are the references that, in the same pages dedicated to discussing Sartre’s category, are made to the classics of Marxism, among them Marx and Engels themselves but equally Antonio Labriola, an author dear to Antonio Gramsci precisely because of his efforts to surmount the inability of the Marxism of the Second International to view social reality as a totality” (Silva; Engel, 2021: 299).

<sup>3</sup> IANNI, Octavio. **As origens agrárias do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>4</sup> FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

de urbano-industrialização. A essas três fases correspondem três formas de ordenamento territorial e de divisão internacional do trabalho, consideradas as suas dinâmicas interna e externa (Moreira, 2013).

Para Antonio Carlos Robert Moraes (2005: 52), o território deve ser apreendido como o “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço”. O autor realça as relações que tal concepção estipula entre a geografia e a história. Essa relação, que estabelece o olhar sobre a formação territorial, explicita os elementos de particularização dos processos históricos na medida em que são espacializados, ao passo que são também resultantes de determinações históricas que se manifestam no espaço. Estas “particularizam os lugares terrestres ao dar-lhes a marca da temporalidade dos usos sociais ali praticados” (Moraes, 2005: 52). Nessa direção, a constituição de um território deve ser mirada como um processo cumulativo, sempre em movimento.

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como habitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como o lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espaco em si. E mais, equacionado como entidade movente – formação – resgata também a unidade dialética entre forma e processo, vital para a ótica geográfica que se busca (Moraes, 2005: 45).

O fulcro da questão, para Moraes, está não em descrever um território, como se fosse um “acidente geográfico da superfície da Terra” (Moraes, 2005: 52), mas em captar a articulação dos processos sociais, que ocorrem em um determinado lugar, com a intervenção humana dos quais são resultantes, criando um ordenamento próprio do espaço terrestre, carregado de determinações materiais e ideológicas. Assim, do ponto de vista espacial, a formação territorial é um processo cumulativo que articula e exprime materialidade para formas de sociabilidade contínuas ou descontínuas, sincrônicas ou não (Moraes, 2005).

A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas

também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva) (Moraes, 2005: 59).

As formações sociais não resumem-se ao modo de produção, e seu estudo “deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material” (Gorender, 2016: 59). O modo de produção constitui uma totalidade orgânica na qual produção, distribuição, circulação e consumo se diferenciam e interpenetram, constituindo diferentes momentos de um processo único, que, entretanto, tem na produção a determinação fundamental. Gorender complementa, se referenciando nos *Grundrisse* de Marx: “a produção contém em si as demais fases como pressupostos e momentos particulares. Por isso, ela é o princípio formador da organização social dos homens que chamamos de modo de produção” (Gorender, 2016: 58).

Pode haver em uma mesma formação social uma miríade de modos de produção, cabendo ao dominante a determinação sobre o caráter geral da formação social. No caso brasileiro, o fundamento da especificidade da formação social escravista reside no modo de produção que lhe serviu de base, a saber, o escravismo colonial-mercantil (Gorender, 2016). A proposição de Jacob Gorender, em termos metodológicos, se assenta sobre uma escolha, por ele referenciada como uma de “desobstrução metodológica” (Gorender, 2016: 54). Ela consiste em elencar o escravizado como categoria central desta formação social extinta, para que este deixe de ser explicado pelo quadro geral de reconstituição do passado, e passe ele mesmo a explicá-lo. O autor é agudo em sua provocação às concepções que elegem ora o latifúndio, vinculando-o ao feudalismo, ora o comércio exterior, cujo desdobramento é a teoria dos ciclos, ora a própria estrutura exportadora, como os elementos centrais da realidade colonial<sup>5</sup> em detrimento ao escravizado: “como se devesse [o escravizado] ocupar na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva” (Gorender, 2016: 49).

O que se impõe, portanto, é a impossibilidade de qualquer forma de transposição dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais passados nos países de capitalismo central aos de passado colonial. A busca por tal tipo de atalho, no entanto, se torna ainda mais presente pelo próprio caráter de nossa formação social, onde uma certa submissão cultural expressa-se como um dos desdobramentos desta dependência à dominação externa. No campo

---

<sup>5</sup> Para uma análise aprofundada sobre as perspectivas da historiografia sobre o tema, cf. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016 — em especial pp. 49-80; 297-314; 329-345.

da produção de ciência, a tradução de tal cenário mostra-se pela preponderância por concepções difusionistas, evolucionistas, miméticas, etc (Sousa Neto, 2001).

A transposição mecânica de outros modos de produção à realidade brasileira abre caminho, neste processo, para hibridismos que pouca ou nenhuma resposta conseguem dar ao desvelamento da realidade que se busca investigar. É também resultado deste cenário que proposições que supervalorizam as vinculações do Brasil pr’além mar, em detrimento da análise sobre as relações endógenas ao território, ganhem tanto destaque.

No caso do escravismo colonial, é a relação entre os escravos e o plantador que fundamentalmente determina o caráter do modo de produção (Gorender, 2016). Seguimos com as palavras do próprio autor, donde se pode ter ideia do seu esforço metodológico por frisar o desenvolvimento do escravismo colonial a partir das determinantes internas, em sua estrutura e dinâmicas próprias, face aos hibridismos, dentre os quais destacamos o do “escravismo capitalista”:

A ideia do ‘escravismo capitalista’ pode nascer de uma concepção ingênuas, popularesca, que vê o capitalismo onde quer que circule o dinheiro, e daí a ilusão do capitalismo romano na obra de Mommsen, repetidas vezes criticada por Marx. Pode nascer, outrossim, de uma sociologia como a de Max Weber que, apesar de altamente elaborada, perde a linha geral do desenvolvimento histórico na construção de tipos ideais. (...) O capital comercial aparece nelas [nas sociedades pré-capitalistas] como a primeira forma histórica do capital, operante na esfera da circulação, mas incapaz de dominar os modos de produção entre os quais ou em cujo interior serve de intermediário. (...) O capital não carece de outras premissas que não a produção para a troca e a circulação monetária. Tais premissas são, no entanto, insuficientes para dar origem ao *capitalismo*. (...)

Esta vinculação do escravismo colonial ao mercado mundial fez nascer as chamadas teorias circulacionistas, cuja análise se concentra no *modo de circulação* e por meio deste pretende explicar o modo de produção (quando simplesmente não o omite). O aprofundamento do nosso estudo deverá desfazer, segundo espero, a ilusão renovada do ‘escravismo capitalista’ gerada por semelhante erro metodológico. (...) A esfera da circulação se autonomizou com relação ao modo de produção escravista colonial e, ao mesmo tempo, se adequou a ele, sem determinar suas leis internas, sua natureza essencial. Esta se consubstanciou nas relações de produção que, por sua vez, incorporaram a circulação mercantil como seu pressuposto e estabeleceram relações de distribuição intrínsecas ao modo de produção.

Con quanto dependente de um mercado externo, o modo de produção escravista colonial não deixa de ser uma totalidade orgânica (Gorender, 2016: 199-202).

De um ponto de vista similar parte Florestan Fernandes, que ressalta:

Se excetuarmos algumas contribuições (e muitas delas devidas às peculiaridades dos Estados Unidos), os estudiosos da escravidão têm encarado suas relações com o capitalismo da perspectiva das sociedades metropolitanas. Na verdade, como conexão imediata da escravidão, o capitalismo se desenvolveu lá — e, em particular, não nas sociedades metropolitanas em geral, mas naquelas que podiam preencher hegemonia através do poder político-militar e financeiro-comercial. É preciso fazer uma rotação nessa perspectiva. O que aconteceu *dentro* da colônia e *no* rebento

tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial? (Fernandes, 2010: 39)

A desobstrução metodológica acima referida, com a qual os autores dialogam, exige um giro no enfoque, para que as relações de produção, as formas de consciência e as instituições que são delas tributárias, em seus desdobramentos econômicos, sociais, políticos e culturais, sejam estudadas de dentro para fora.

A formação social brasileira, vez que é resultado e resultante das distintas formas de apropriação deste espaço que se transforma em território, nos relembra que “quando cruzamos a história da geografia com os processos de formação territorial, é crucial entendermos que as práticas não separam dos discursos, o que transforma o território, em si, em um importante documento da história do Brasil” (Sousa Neto, 2022: 61, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Ainda que sejam consistentes e robustas as análises de abordagem geográfica que retomam a formação territorial, ou espacial, desde os primórdios da colonização, como é o caso de Moraes (2005, 2011), Moreira (2013, 2020), e outros, não nos aprofundaremos sobremaneira neste ponto. Basta, para os fins desta monografia, destacar alguns elementos.

Partindo do supracitado eixo da conformação da relação cidade-campo no Brasil, Moreira (2013) destaca os períodos agromercantil colonial-escravocrata, de transição e da urbano-industrialização capitalista como aqueles capazes de jogar luz sobre as bases da formação socioespacial do país em seus aspectos mais fundamentais. A preocupação do geógrafo carioca é, centralmente, a de compreender a estrutura de organização do espaço gerada pela gênese e desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil, para o que, em consonância com o que propõe Moraes (2011) como método da geografia histórica, o processo de reconstituição da formação socioespacial é nuclear, em especial quando feito em função da análise do presente.

Os três períodos se diferenciam, em sua ordenação espacial, pela forma como os eixos economia-política e produção-circulação operam. Resultantes deste ordenamento, configuram-se, na disputa de hegemonia, alianças formadas no seio do bloco de poder dominante a cada tempo. No período agromercantil colonial-escravocrata, ambos os eixos se encontram separados espacialmente: o eixo economia, bem como o eixo produção, se restringem ao espaço interno, ao passo que os eixos política e circulação, ao espaço externo. A este ordenamento espacial Moreira (2013) tributa os fatos de a formação social brasileira

---

<sup>6</sup> Do original: “When crossing the history of geography with the processes of territorial formation, it is crucial to understand how practices are not separate from discourses, making the territory into an important document of the history of Brazil itself” (Sousa Neto, 2022: 61).

ser, no contexto colonial, parte orgânica da metrópole portuguesa, e do sistema econômico ser, por sua vez, parte orgânica da acumulação primitiva. A este arranjo espacial está relacionada a aliança entre a Coroa portuguesa, a burguesia mercantil internacional e a elite plantacionista interna. Aqui prevalece a ausência de uma relação axial cidade-campo, associada à ausência de uma contra-aliança dos dominados. Tampouco poderia ser aferida, no período colonial, uma divisão internacional do trabalho referenciada pela relação cidade-campo. O autor afirma, entretanto, que à fase da divisão internacional do trabalho estruturada para a realização da acumulação primitiva pelo países coloniais e centrais, corresponderia uma divisão interna do trabalho alicerçada espacialmente sobre a *plantation* e a pecuária e a pequena produção agrícola como representantes maiores da produção dos meios de subsistência ora vigentes.

O período de transição, caracterizado pelo rompimento com o Estado colonial lusitano e o consequente nascimento do Estado nacional brasileiro, resultam na unificação espacial interna do eixo economia-política, ao passo que o eixo produção-circulação mantém-se espacialmente apartado, apesar de estar em curso a acumulação primitiva interna. A ordenação espacial conta aqui com formas incipientes de divisão do trabalho internas, e a aliança dos dominantes que lhe é correspondente conformaria-se entre os plantacionistas e a burguesia mercantil interna e externa. A divisão internacional do trabalho que neste período operava estaria estruturada para realizar a mundialização do capitalismo, que se apoia, ao fim do século XIX, no processo de rapinagem vinculado à exportação de capitais. A este padrão corresponderia, internamente, uma divisão do trabalho na qual *plantation* e indústria estão apartadas. Ao longo do século XIX, conforme o autor, as classes sociais passam a adquirir características próprias de classes sociais do campo e da cidade. Paralelamente, também a articulação dos dominados começava a, vagarosamente, ganhar forma nos moldes de uma formação cidade-campo dos dominados, em contraposição à dos dominadores.

A urbano-industrialização, que culmina na revolução burguesa, reflete o acúmulo espaço-temporal dos arranjos espaciais precedentes. Os ordenamentos espaciais que lhe são correspondentes são summarizados pelo bloco de poder industrial-agrário, conformando o “espaço molecular”, proveniente da fusão interna de ambos os eixos (economia-política e produção-circulação); e pelo bloco de poder industrial-agrário-financeiro, no qual ocorre a manutenção da fusão espacial do eixo economia-política, e a separação do outro. Aqui impera a fase do “espaço monopolista” (Moreira, 2013), correspondente à hegemonia internalizada do capital monopolista. A esta fase da divisão internacional do trabalho, por sua vez,

corresponderia uma divisão territorial do trabalho qualificada pela separação interrelacionada da agricultura e da indústria e, por extensão, do campo e da cidade (Moreira, 2013).

Para Ruy (2013), o processo da revolução burguesa se assemelharia ao da via prussiana, haja vista a predominância, em ambos os processos, do papel dirigente dos grandes proprietários rurais nos seus respectivos processos nacionais. A especificidade da “via prussiana brasileira” estaria no movimento de internalização do processo de acumulação capitalista que viabilizaria a unificação nacional (Moreira, 2013) em termos não apenas territoriais, senão também econômicos, sociais e culturais.

Também Antonio Carlos Robert Moraes (2011) encontra na explicação das vias de desenvolvimento teorizadas por Lenin uma aproximação para a explicação do caso brasileiro. De acordo com este, o continente americano teria engendrado três principais vias de desenvolvimento do capitalismo, a saber, a via americana, ou *farm*, a via das plantações, ou *plantation*, e a via da fazenda, ou *haciendas*. Nesta chave de análise, o Brasil, ao lado do conjunto insular caribenho, das zonas costeiras do Atlântico e do Pacífico, da porção meridional dos Estados Unidos, além de algumas regiões interiores do continente nas quais a colonização hispânica imperou, constituiriam o universo espacial que manifestaria a via das plantações. Elas são caracterizadas por se localizarem em zonas intertropicais de baixa densidade demográfica, nas quais o escravismo colonial se desenvolveu. Essas áreas se especializaram na extração de recursos naturais e na produção monocultora para exportação aos países centrais. O elemento mercantil caracteriza e qualifica a forma específica desta via de desenvolvimento. À constituição deste “novo aparelho produtivo” (Moraes, 2011: 29) pautado no escravismo, correspondia necessariamente um grande fluxo de migração forçada desde os países africanos da costa do Atlântico, o que gerou um violento movimento povoador nos lugares em que se instalou (Moraes, 2011).

A concepção de Moraes se assenta naquela que comprehende a colônia como parte da periferia do capitalismo, nos moldes em que sustenta Caio Prado Jr., Fernando Novais, etc<sup>7</sup>. Para o geógrafo, o capitalismo se consolida com o estabelecimento da economia-mundo, das quais as colônias fazem parte, como parte subordinada das metrópoles, delimitando a periferia do mundo capitalista (Moraes, 2005). A consolidação do capitalismo, ainda, suplanta a forma imperial dos movimentos expansionistas e, para as análises de abordagem geográfica,

---

<sup>7</sup> Moraes (2011) relaciona os autores àqueles que entendem o modo de produção como uma teoria da história, “uma imputação de sentido aos fatos ocorridos e à vida cotidiana” (Moraes, 2011: 16). Para estes, aos quais Moraes se filia, o escravismo se restringe a uma tática pela conquista de novos espaços engendrada no seio do capitalismo. É fundado nesta concepção que Antonio Carlos comprehende que a perspectiva da geografia ganha destaque, seja pela abundância de terras, o que explicaria a permanência do trabalho escravizado nas colônias, seja pela possibilidade de qualificar os meios tropicais e seus quadros demográficos.

inaugura a escala global como nova escala de análise (Moraes, 2011). O espraiamento a nível mundial do modo de produção capitalista submeteria e subordinaria outras formas de produção ao criar novos fluxos.

O capitalismo ao submeter os lugares cria formas capitalistas de valorização do espaço, subjugando diferenciadas e variadas formas de produção pré e não capitalistas à sua dinâmica, algumas delas só se relacionando diretamente com a lógica própria do capital na esfera da circulação (como as formas não-capitalistas que produzem estritamente para o mercado capitalista, situação que pode ser bem exemplificada com as *plantations* coloniais) (Moraes, 2011: 20).

De acordo com a sua argumentação, as diversas formas de produção coexistiriam com o capitalismo, que já engendraria o modo de produção dominante nas colônias, em que pese o fato, reconhecido pelo autor, de que as estruturas produtivas ali alocadas apenas se relacionassem com o capital mercantil através da esfera da circulação.

O capitalismo em sua expansão demonstrou uma grande capacidade de adaptação e convivência com estruturas que lhes eram estranhas, associando-se ou criando subsistemas que em tese negavam as características constituintes de sua essência. O ‘escravismo moderno’ intensamente praticado na colonização da América bem exemplifica o quanto diversificado podem ser os arranjos produtivos associados ao capital, notadamente nas zonas de expansão recente de sua presença. (...) O que não significa que o grande capital seja diretamente alocado em diferentes partes do globo, pois várias estruturas produtivas da economia mundo com ele se relacionaram ou se relacionam apenas pela via específica da circulação (Moraes, 2011: 21).

Esta formação capitalista periférica se caracterizaria, outrossim, pela coerção extra-econômica dos povos autóctones, que combina o trabalho compulsório com a marginalização social na realização da conquista territorial (Moraes, 2011).

Para o geógrafo paulista (2011), a convivência de diversas vias de desenvolvimento ao capitalismo nos espaços coloniais sustenta que a sua caracterização genética não pode ser concebida unicamente a partir da geopolítica das metrópoles, visto poder coexistir e se articular mais de uma via de desenvolvimento em uma mesma formação territorial singular, como seria o caso dos Estados Unidos. Essa indicação contém, implicitamente, que também caracteres internos aos territórios são necessários à sua caracterização. Do ponto de vista teórico, para Moraes a questão se enquadra nos seguintes termos:

O conceito de via de desenvolvimento foi formulado para ser utilizado como um elemento de particularização histórica, contudo o avanço na investigação das particularidades de cada formação social o transcende, demandando perspectivas e conceitos de maior profundidade analítica. No que toca especificamente à geografia, caberia enfim adentrar na análise da formação dos territórios (Moraes, 2011: 30)

De tal sorte que, ao empreender a análise da gênese de um território contemporâneo de passado colonial, a perspectiva da geografia histórica recobriria mais de uma via de desenvolvimento no espaço colonial (Moraes, 2011).

Em que pesem as divergências teórico-metodológicas dos diversos autores que se debruçaram sobre a compreensão da realidade brasileira, há também um elemento unificador, comum, nomeadamente a busca pela apreensão da especificidade da formação social brasileira. Este impulso tomou conta de gerações de professores e pesquisadores, estudiosos, militantes, homens e mulheres de partido, comprometidos com a compreensão da realidade do país em sua particularidade, de tal sorte que a história da ciência acaba por misturar-se à história política do país, da qual não pode apartar-se. Diversas foram as tentativas de tal apreensão, dentre os quais se localizam os presentemente citados, que foram elegendo para si afinidades balizadas pelo substrato material e ideológico de suas existências (Sousa Neto, 2021).

Neste processo de reconstituição do território, o século XIX desponta como fulcral às análises que pretendam angariar respostas para a compreensão do presente. É ao longo dos oitocentos que o país passa a ser independente de sua metrópole lusitana, espraia a produção cafeeira, as potências estrangeiras crescem os olhos sobre a possibilidade de um novo mercado com tantos fundos territoriais a serem conquistados, ocorre a tardia derrocada do escravismo, o primeiro impulso de urbanização, a república é proclamada e a ordem competitiva passa a ganhar terreno e complexidade na medida em que se torna paulatinamente nativa. Em uma palavra, o processo de apropriação do espaço e da sua decorrente transformação em território sofre um salto qualitativo que até então não havia sido avistado.

O rompimento com o estatuto colonial proveniente de 1822, mesmo no contexto das Américas, configurou um processo próprio, apassivado, e incapaz de levar a cabo substancialmente semelhante “ruptura”: o estatuto colonial foi superado apenas em seu estado jurídico-político, mas não em seu substrato material, social e moral (Fernandes, 2020). Afinal, o escravismo-mercantil que é a base da economia colonial, mantém a sua vitalidade até a penúltima década do século. Os câmbios provenientes da Independência, da perspectiva de um “rompimento”, são mormente políticos, e não econômicos (Fernandes, 2010).

Do mesmo modo que a escravidão mercantil alcançou o seu apogeu depois da desagregação do Império colonial, o sistema social que se monta sobre a produção escravista vai atingir o seu máximo de eficácia e sua maturidade histórica depois da emancipação nacional. A escravidão mercantil serve de lastro a esse giro histórico: ao restringir os limites e os ritmos da descolonização, ela condiciona não só a persistência das estruturas sociais da Colônia, como também determina que elas

alcancem, pela primeira vez, todas as potencialidades sociodinâmicas que elas continham e não podiam emergir nem expandir-se sob o Império colonial. O que quer dizer que, com base na escravidão mercantil, o ‘antigo sistema colonial’ deu origem a uma complexa ordem societária que transcendia a si própria e exigia, para alcançar a sua plenitude histórica, a ‘liberdade do senhor’ e a desagregação da dominação metropolitana (Fernandes, 2010: 64)

À permanência da produção cafeeira com mão de obra escrava ao longo de todo o século XIX, Ruy Moreira (2020: 36) faz os seguintes apontamentos:

O começo do século XIX é também o início do ciclo do café. Instaurado inicialmente nas matas dos maciços interiores da cidade do Rio de Janeiro, daí se expande para as áreas de matas da serra do Mar e do vale do Paraíba, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para, então, no final do século XIX chegar ao planalto paulista, quando atinge seu clímax. É o ciclo do café em sua fase paulista que sustenta e consolida a transição da colônia para a independência, da escravidão para o capitalismo e da monarquia para a república, assim basificando a grande transformação que virá com o advento da industrialização e urbanização do país.

A herança que o processo de Independência legou, em termos ideológicos, aponta os traços de um liberalismo pouco dinâmico, largamente distinto daquele proveniente das burguesias inglesa e francesa do século XVIII. Mesmo à época da Independência, o liberalismo nos trópicos, se por um lado possuía traços revolucionários, por outro, era possuidor igualmente de traços conservadores. O elemento revolucionário é oriundo da vontade de despojamento dos caracteres heteronômicos provenientes do estatuto colonial, enquanto o conservador erige-se na medida em que busca-se preservar e fortalecer uma ordem social desprovida de condições objetivas e subjetivas capazes de engendrar o padrão de autonomia que se faz necessário à conformação de uma nação. Em razão disso, a Independência, apesar do presente aspecto revolucionário, configura-se pelo solapamento deste elemento por aquele conservador, uma vez que a profundidade da ruptura com o passado mantinha-se confinada pelas influências histórico-sociais então vigentes. O liberalismo, em verdade, apesar de não cumprir as funções de dinamizador cultural que cumprira no centro do ocidente europeu, serviria de suporte à construção dessa sociedade nacional, mas heteronômica, então em emergência (Fernandes, 2020).

A posição socioeconômica que cabia ao senhor de engenho e, coletivamente, à aristocracia agrária, no arranjo colonial era extremamente marginal, malgrado as altas posições que ocupavam relativamente aos padrões internos ao território, provenientes do excedente econômico que lhes cabia, o qual nada tinha que ver precisamente com *lucro* (Fernandes, 2020). Ao exportar para a metrópole lusitana, os senhores de escravos eram

capazes de reter apenas uma quantia minoritária do excedente econômico extraído da exploração do trabalho escravo. Tanto na negociação dos produtos como na de escravizados, estavam relegados ao papel de sócio menor frente à metrópole e fundamentalmente ao capital mercantil, que foi o grande beneficiado pelo butim colonial (Fernandes, 2010).

Portanto, se a supressão do nexo colonial não se refletiu na condição do escravo nem afetou a natureza da escravidão mercantil, ela alterou a situação econômica do senhor, que deixou de sofrer o peso da ‘espoliação colonial’ e passou a contar, por conseguinte, com todas as vantagens da ‘espoliação escravista’ que não fossem absorvidas indiretamente pelos mecanismos secularizados do *comércio internacional*. (Fernandes, 2010: 58)

As mudanças políticas que tomam corpo com e após 1822, que consolidam para os estratos dominantes o rompimento com o esbulho colonial, produzem, ao longo do século, também transformações de ordem econômica. Isso porque, primeiramente, a aristocracia agrária tinha agora mais condições de transferir para si maiores parcelas do que era a “apropriação colonial” realizada pela metrópole sob o estatuto colonial, apesar de continuar sujeita à espoliação característica de um país que tem sua autonomia virada às avessas e sujeito à dominação externa (Fernandes, 1975). No período neocolonial, estendido pelo século XIX, “a apropriação do produto do trabalho escravo convertia-se numa relação econômica específica, determinada a partir de dentro e regulada pelos interesses coletivos da aristocracia agrária” (Fernandes, 2010: 57).

Ainda antes da Independência, a transferência do centro de poder metropolitano ao Rio de Janeiro inaugurou uma situação geopolítica e geoeconômica nova para a então colônia, uma vez que as rotas de peregrinação, antes direcionadas a Lisboa, eram agora direcionadas à capital da colônia, a qual foi em 1816 elevada a reino. A internalização de um centro de poder, que fora ademais o centro de todo o império lusitano, exigia a implantação de um conjunto de aparatos e instituições de governo (Moraes, 2011), situação esta que só iria se alastrar após 1822.

Proveniente destas transformações, resta agora aos estratos dominantes da sociedade brasileira a direção da estrutura do Estado em suas funções administrativas, legais e políticas, cujos desdobramentos concretos não eram senão os de uma política voltada à autodefesa dos interesses escravocratas inerentes ao regime senhorial.

Em suma, a supressão dos liames coloniais com Portugal não implicou desaparecimento do império colonial. Este se internalizou e se estabilizou, alimentando-se a partir de dentro pelas funções econômicas, sociais e políticas do domínio senhorial, da economia de plantação e do modo de produção escravista. O

liberalismo senhorial era um liberalismo que começava e terminava na ‘liberdade do senhor’ — e cobria-se contra qualquer risco de uma revolução verdadeiramente nacional, que tirasse o Estado nacional do seu controle estamental. (Fernandes, 2010: 89)

Por seu próprio processo de constituição em classe burguesa, os estamentos superiores, profundamente débeis no que toca à realização de suas principais tarefas históricas, a saber, a revolução nacional e democrática, produziram instituições que a um só tempo os selava contra sua própria pusilanimidade e a reforçava. Foi com obstinação e eficácia

que aquelas elites se empenharam na consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente no nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionalismo daquela ordem social. (Fernandes, 2020: 46)

Os componentes liberais que permearam esse processo foram sem dúvida os elementos dinamizadores deste longo século XIX. A sua restrição sociodinâmica à “liberdade do senhor”, entretanto, reiteram a sua função de garantir a violenta e decadente continuidade dos braços escravizados ao trabalho forçado, o monopólio da terra e o poder oligárquico. Enquanto tal, o liberalismo se cobria e resguardava contra qualquer intenção ou risco de uma revolução que fosse verdadeiramente nacional, no seio da qual o Estado nacional poderia sair de seu controle estamental.

Onde o liberalismo se associa à construção de um Estado nacional, este serviu, ainda que de forma instrumental, à solução do complexo problema de como criar uma nação que carece das mais elementares bases de uma “sociedade nacional”. Para que isso fosse possível, as transformações econômicas, políticas e culturais que são postas em marcha pelos senhores pertencentes à ordem estamental tratam de rotacionar a atuação da sociedade civil, sobretudo no que diz respeito às relações dos estratos dominantes com o poder (Fernandes, 2020).

A criação selada das instituições por onde circulavam os estamentos senhoriais comportam o clima de uma sociedade que passava a contar com relativa ebullição social, política e econômica, em seus centros urbanos em formação, marcada por esta “sociedade nacional” que integrava apenas os seus senhores. Não foi, entretanto, a criação destas instituições o mecanismo responsável por, nesse período, excluir o povo da participação política e de suas estruturas de poder. O professor Florestan Fernandes esclarece que:

Na verdade, o Povo, na situação brasileira, nunca teve tais regalias. O que era o Povo? Os estamentos dominantes e intermediários, como queriam os parlamentares e os publicistas conservadores do Império? Ou o conjunto da população brasileira, composta em sua quase totalidade de escravos ou de libertos e ‘homens livres’ completamente desvalidos, mesmo para se qualificarem para a representação política? De modo que a adoção das instituições representativas não foi um passo para *excluir o Povo do poder*, mas um artifício para manter a concentração social do poder nas mãos dos estamentos sociais dominantes e intermediários. A constituição de uma *sociedade civil* ultrasleletiva permitia criar a base política de um sistema nacional de poder estável, no qual todas as funções do Estado e do Governo podiam transcorrer dentro dos ‘parâmetros da ordem’. (Fernandes, 2010: 89-90)

A internalização dos centros de poder, com a decorrente complexificação da vida social, política e cultural interna criou não só uma miríade de instituições e novos aparatos, responsáveis por suprir as novas demandas materiais e ideológicas do país, como também alçou novos horizontes à constituição desta “sociedade nacional”. Elas serviram, igualmente, à criação de um “querer coletivo” (Fernandes, 2010), ao reconhecimento de que existem interesses comuns entre senhores pertencentes às mesmas faixas estamentais, as quais tiveram as mesmas vivências culturais, políticas e sociais.

No início do século XIX, cerca de um quarto de todo o território colonial era composto por fundos territoriais (Moraes, 2011). Ou seja, por espaços ainda a serem apropriados, explorados, catalogados, etc., como reservas para a expansão futura. São aqueles

constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (Moraes, 2005: 69).

Assim, ao longo do século XIX os estamentos superiores empreendem a incorporação dos fundos territoriais para sua expansão e consolidação, de tal sorte que o expansionismo do período neocolonial seja marcado sobretudo por aquele que se realiza para dentro do próprio território (Mattos, 2005; Moraes, 2011). Para Moraes (2011), a expansão para dentro pelos fundos territoriais, se por um lado se valia de uma justificativa iluminista para a sua realização, por outro se mantinha impregnada de um conteúdo colonial em suas relações sociais, para o quê o autor destaca a manutenção do escravismo.

A manutenção do escravismo era um elemento essencial do pacto inter-regional entabulado entre as elites e o príncipe, todavia tornava-se um obstáculo considerável na formulação das ideias de nação e de nacionalidade. Pode-se aventar como hipótese que o território foi usado para suprir tal dificuldade, respaldando um projeto nacional referenciado no espaço: a construção material do país sobrepondo-se à

construção de uma identidade societária. O território, e não a nação, como referência de justificação da ação política estatal (Moraes, 2011: 83)

Em decorrência do maior conhecimento do espaço do país, por sua vez, expandia-se também a maior identidade pautada no território, como é característico dos países de passado colonial. Sobre as permanências coloniais dentro do império brasileiro, Fernandes afirma:

As *economias exportadoras* de ‘gêneros coloniais ou de produtos tropicais’ não só nasceram profundamente especializadas: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma *especialização colonial* propriamente dita. Daí temos um paradoxo: a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais, que não poderiam ser destruídos sem criar impossibilidades quer para a eclosão modernizadora, quer para a expansão inicial de um mercado especificamente moderno e do capitalismo comercial que ele implicava, quer para a consolidação de uma economia urbano-comercial capitalista nas cidades e sua irradiação para o campo. As pressões para manter formas de produção e estruturas coloniais vinham, pois, simultaneamente, ‘a partir de dentro’ (dos grupos dominantes na economia e na sociedade) e ‘a partir de fora’ (da expansão dos países industriais e dos dinamismos do mercado mundial). (Fernandes, 2010: 39-40)

O lento florescimento da vida interna do país, balizada por impulsos a um só tempo modernizadores e arcaicos, insta ao primeiro impulso de urbanização do país, ao qual Ruy Moreira (2013) se refere como o momento de urbano-industrialização, e Florestan Fernandes (2010) e Jacob Gorender (2016) reconhecem como possíveis em razão do excedente econômico gerado pelo escravismo, que é depositado nas cidades.

“(...) como a escravidão mercantil funciona, de um lado, como a base material da revitalização da grande lavoura e de perpetuação das estruturas de produção coloniais, e, de outro, como o fator *sine qua non*, o capital mercantil não se concentraria nem cresceria nas cidades, o que quer dizer que, sem o trabalho escravo, não teríamos a forma de revolução urbano-comercial que é típica da evolução da economia brasileira ao longo do século XIX (Fernandes, 2010: 53).

O Rio de Janeiro foi o primeiro agrupamento urbano a tornar-se *cidade* em seu sentido moderno. Ele reveste-se, em fins do século XIX, de feições urbanas mais acentuadas, há aumento de sua população fixa e diversificação de suas atividades, sobretudo comerciais, que ganham bases mais definidas (Geiger; Davidovich, 1961). Em 1872 a cidade já detinha mais do que o dobro da população de Salvador (IBGE, 1872), que fora, outrora, a maior cidade do país, além de possuir a província fluminense o maior mercado consumidor na época do café. Há um conjunto de fatores que contribuíram para isso: um deles trata de que o Rio de Janeiro tornara-se a capital do país em 1763, e foi elevada à condição de metrópole com a

chegada da corte real portuguesa ao país em princípios dos oitocentos. Não há na história um caso similar, em que a Colônia tenha sido a sede da metrópole e isso, por óbvio, teve diversas implicações.

Para além de tomarmos este como um fato em si, exige notar que a sua condição de cidade litorânea possibilita o escoamento de mercadorias ao estrangeiro, sobretudo em um contexto em que a cobertura dos portos era mais ampla do que algumas décadas depois, pelo simples fato de haverem menos portos construídos em território nacional. Estes, em todo o país e com ênfase maior no Rio, constituíam uma exceção aos demais núcleos populacionais. Neles, desde o período colonial, havia “uma massa flutuante e amorfa [que] habitava os escoadouros da matéria-prima, pontos isolados entre si, cujas comunicações se faziam diretamente com a metrópole” (Geiger; Davidovich, 1961: 28), e que, após o rompimento do butim colonial, viriam a ser feitas com as potências europeias, nomeadamente Reino Unido e França, e com os Estados Unidos de forma cada vez mais significativa século XX adentro, mantendo o padrão de “bacia de drenagem” da urbanização brasileira no século XIX e início do XX.

O desenho espacial básico observado é o denominado de ‘bacia de drenagem’, em que um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto (lacustre, marinho ou estuarino) que articula os lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino. (...) Quanto mais ampla a área de drenagem e quanto mais intenso o fluxo praticado, maior será a importância do porto de referência na hierarquização dos lugares coloniais no interior de cada império (Moraes, 2005: 68).

Com a, ainda que lenta, implantação de ferrovias no país, a partir de 1852, a cidade do Rio de Janeiro passa a servir como ponto final a uma miríade de estradas, aumentando, com isso, sua área de influência, que chega a alcançar o sul de Minas e o Espírito Santo, não mais restringindo-se à província fluminense (Geiger; Davidovich, 1961). Esse processo acaba por fortalecer as cidades localizadas nas extremidades das linhas de ferro, em especial as que desembocam nos portos. Como não poderia deixar de ser, a chegada das estradas de ferro ao país cambiam a circulação do mesmo, bem como a sua organização urbana.

O padrão de ocupação do território colonial é herdado pelo processo de autonomização política, como um dos elementos que atestam a continuidade dos elementos coloniais após o rompimento de seu estatuto. Este padrão de ocupação é voltado para fora, exprimindo o sentido prioritário dos fluxos (Moraes, 2005).

A forma permanentemente autocrática com que se deu o primeiro grande impulso na evolução do capitalismo no Brasil, conforme nos indica o professor Florestan Fernandes

(2020), teria sido antes de ordem sociocultural do que propriamente econômica. A conformação daquela “comunidade de interesses” é relevante por ditar o padrão cultural e ideológico dos estratos superiores em aburguesamento, que nativizam estes padrões, mesmo que, ainda por algumas décadas, as relações de produção endógenas se mantivessem inalteradas. Este padrão autocrático e profundamente heteronômico cria as condições para a manutenção da dominação externa, que só faria se aprofundar e complexificar ao longo do século seguinte. Tinha-se que:

a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos na Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior. (Fernandes, 1975: 11-12)

A complexidade do século XIX está em seu caráter *sui generis*, único na história mundial. Quiçá seja o período em que o engendramento da modernização-conservadora, elemento próprio desta formação social, primeiro se estabeleceu com força nativa. É fruto deste entendimento que Florestan diz que o processo de autonomização política que findou o estatuto colonial “constitui um complexo processo histórico-social, no qual lançam suas raízes todos os desenvolvimentos decisivos ulteriores da sociedade brasileira” (Fernandes, 2020: 83).

Mais profícuo do que buscar estabelecer datas precisas ou marcos históricos, seria compreender a formação territorial brasileira em seu caráter processual. Em termos concretos, trata-se de reconhecer que a ordem senhorial e estamental que reinou ao longo de todo o século XIX criou as condições para o desenvolvimento posterior da ordem competitiva, na qual adentra pelo tope, sem integração do povo, e em especial do povo negro, como cidadãos na sociedade de classes. Buscamos delinear alguns dos processos relevantes a este contexto, evidenciando a interrelação entre as relações sociais que se desenvolveram internamente e aquelas que se desenvolveram externamente, demonstrando a permanente incompatibilidade entre estas. Este cenário produziu um território cindido socialmente, no qual a mobilidade social beirava a inexistente, e sobretudo produzido para os senhores e suas famílias, em suma, aos seus interesses materiais e ideológicos.

A saga pela apropriação dos fundos territoriais e pela expansão dos “territórios usados” reflete as novas demandas que foram se criando no decorrer do século, com a criação de instituições, aparelhos, cargos e postos que suprissem estas demandas. A Sociedade de

Geografia do Rio de Janeiro foi uma destas instituições, que no seio da relativa ebulação social corrente na então capital, atuou conforme os interesses dos estratos dominantes, atendendo às exigências estruturais da ordem escravista em desagregação, e também incitando a formação da ordem competitiva. A passagem para a ordem competitiva e a conformação da sociedade de classes, no Brasil, seria levada a cabo com a manutenção destas mesmas contradições e limitações, arraigando-se à autocracia e à dependência próprias de sua gênese, incapazes que foram os estratos superiores de subvertê-la sem que corressem o risco de, no processo, serem solapados pela maioria dos subalternos.

## CAPÍTULO 2: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO ANTE A AUTOCRACIA

O desenvolvimento da ordem estamental atinge sua plenitude histórica no transcorrer do longo século XIX, no período de transição neocolonial, tendo imprimido suas marcas com especial intensidade sobre as relações societárias e comunitárias (Fernandes, 2010).

O que importa considerar, nesse complexo processo histórico-social, são as implicações socioculturais da polarização assumida historicamente pelo elemento político. Este tinha, como base, o prestígio social dos agentes, o qual se assentava no domínio senhorial e nas técnicas de dominação patrimonialista. O que deu origem e fundamento ao seu privilegiamento foi, no entanto, a necessidade de criar um Estado nacional independente, e, em seguida, de consolidar e de manter a ordem social nacional, que ele pressupunha estrutural e dinamicamente (...).

Dessa perspectiva, a criação de um Estado nacional independente não significou apenas o advento de uma ordem legal que permitia adotar uma rede de instituições mais ‘moderna’ e ‘eficaz’. Ela também representou a conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos. Com ela, impunha-se uma nova orientação do querer coletivo. Toda e qualquer ação de maior ou menor importância para a coletividade, voltava-se de um modo ou de outro para dentro do país e afetava ou o seu presente, ou o seu futuro, ou ambos. Portanto, com a Independência e a implantação de um Estado nacional, configura-se uma situação nacional que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a situação colonial anterior. Os estamentos senhoriais não só tiveram de realizar uma rotação copernicana em sua concepção do mundo e do poder, para se adaptarem a essa alteração. Eles tiveram de avançar, lenta e penosamente, em alguns casos, ou rápida e satisfatoriamente, em outros, para ajustamentos psicossociais culturalmente inovadores, que se tornavam mais ou menos inevitáveis a partir do instante em que o domínio deixava de ser uma espécie de mundo social em si e para si, autossuficiente mas incapaz de beneficiar-se de sua autossuficiência (Fernandes, 2020: 70-71).

É como um desdobramento deste processo que o “senhor rural” se assenhora dos processos histórico-sociais em curso e se torna a “encarnação” do poder estamental, o que ocorreu em ritmos e intensidades diferentes em cada caso, ainda que convergentes para a expansão da burocratização da dominação patrimonialista e da consolidação do Estado nacional em construção. Este padrão cria um cenário no qual o domínio estamental se mantém permanentemente interligado à construção do país, imprimindo suas marcas a este (Fernandes, 2020).

Para atender às novas exigências desta “rotação copernicana” que teve no processo de Independência o seu catalisador, a criação de novas instituições científicas e culturais foram relevantes, dentre as quais destacamos as escolas superiores, como espaço de uma certa especialização, ainda que livresca e dogmática, para a formação de quadros intelectuais e técnicos que estivessem aptos a cumprir as novas funções que o desenvolvimento de um

Estado nacional previa, com a sua progressiva e cada vez mais alargada e adensada interiorização; e as sociedades de geografia, que congregaram senhores estamentais das mais diversas origens, nativos e estrangeiros, interessados em opinar sobre os rumos do país e intervir na sua construção.

A nível teórico-cultural, particularmente a França desponta em fins do século XIX como a referência predominante dentre os estratos dominantes brasileiros (Cunha, 2007<sup>8</sup> *apud* Oliveira, 2023). No contexto de agravada heteronomia cultural em que as escolas superiores brasileiras foram criadas, com vistas ao atendimento das exigências progressivamente mais complexas da reprodução da vida material e ideológica dos estratos dominantes, em face à construção do Estado nacional ao longo do século XIX, a sua implantação recebera algumas das marcas do ensino superior europeu. Contudo, as continuidades, século XIX adentro, “[d]o regime colonial e a estrutura da sociedade brasileira causaram certo retraimento das funções sociais que tais instituições ocupavam em seus países de origem” (Oliveira, 2023: 23). A instituição dessas escolas superiores, assim, foi pautada pelo atendimento aos novos requisitos do Estado, para o quê a formação estritamente profissional de médicos, militares, engenheiros, delegados, juristas, sejam advogados, juízes ou promotores, era necessária para preencher os postos da burocracia do Estado, como parlamentares ou funcionários públicos.

A formação especializada, mesmo sob os contornos da heteronomia, dava vazão também às demandas urbanizadoras da sociedade em formação, com a construção e o estabelecimento de hospitais, cartórios, bibliotecas, órgãos públicos, museus, etc., bem como, em diálogo com estes, com a implementação da infraestrutura que possibilitava a incorporação dos fundos territoriais legados pela colônia, tais como a construção de ferrovias, pontes, redes de telégrafos, etc. Como parte do próprio fundamento da *expansão para dentro* (Mattos, 2005), a todos esses empreendimentos se precediam as explorações e a catalogação dos fundos territoriais, que são os verdadeiros “estoques de espaços de apropriação futura” (Moraes, 2005: 69), a qual se daria ancorada na lógica da urbanização de “bacia de drenagem”, conforme definida por Moraes (2005).

O padrão erigido pela escola superior, nesse contexto, não era senão o da oferta por um ensino especializado, “não propedêutico, mas sumamente profissional” (Oliveira, 2023: 19), extremamente rígido e isolado, cuja função era apenas a de formar o perfil de profissional necessário à reprodução autocrática da burocracia e dos aparatos do Estado, e também das profissões liberais (Oliveira, 2023).

---

<sup>8</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporânea: o ensino superior da colônia à Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 123.

Se, em parte, o ‘padrão brasileiro de escola superior’ advém do modelo das universidades portuguesas, muito atrasadas em relação às suas congêneres europeias, de outro lado, aprofunda e molda suas raízes em decorrência da condição histórico-social de um Estado emergente ainda imerso no sistema colonial, erigido e lentamente modernizado pela força de trabalho escravizada. Sem dinamismos para romper completamente com a situação de dependência externa, o já atrasado modelo de ensino superior foi reduzido a algo estanque, retrógrado, isolado, e de alto poder centralizador e coercitivo, caracterizado por uma forma de ensino magistral, livresca, dogmática e voltada exclusivamente para as elites.

A escola serviu minimamente para aquilo que importava à sociedade escravista: a formação de profissionais liberais minimamente educados, que cumprissem as funções burocráticas necessárias para o estabelecimento do Estado nacional e atuassem como caudatários de papéis intelectuais de dominação (Oliveira, 2023: 26-27).

Mesmo com a progressiva nativização das instituições brasileiras, era comum que os filhos dos setores dominantes complementassem sua formação na Europa, em especial na França. A influência que recebiam de seus estudos em muito contou para que se consagrassse o positivismo de Auguste Comte, então professor da Escola Politécnica de Paris, como a principal corrente filosófica entre os profissionais liberais, agentes da burocracia estatal e as frações dominantes progressistas (Oliveira, 2023).

Assim, ao confrontar a experiência inglesa e a ianque com a brasileira, poderíamos pensar que, embora não tenha havido passado medieval no Brasil, isto ocorreu em Portugal, e a tradição intelectual portuguesa foi trazida para o Brasil e aí cultivada, resultando na produção de um corpo intelectual fortemente ligado ao aparato estatal monárquico e, logo, dependente dele. Razão pela qual, mesmo buscando modernizar o Estado, esse corpo intelectual estava atado e dependia dos interesses das classes senhoriais que cultivavam o *arcaísmo como projeto*.

Por esse motivo, uma vez mais seria preciso apontar 1870 como momento de virada na vida intelectual brasileira, em que o positivismo dá passos decisivos em uma sociedade em que vigorava o ecletismo filosófico. Sendo que, por outro lado, a atividade intelectual se acentua com a urbanização, ainda que precária, que ocorria nas ilhas letradas do arquipélago, conformado, em sua expressiva maioria, pelas cidades portuárias que beiravam o Atlântico (Sousa Neto, 2011: 88-89).

Imersa neste contexto, a mais proeminente sociedade geográfica do Brasil, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), surgiu na então capital do país em 1883. Esta foi a terceira sociedade do tipo fundada em terras brasileiras, tendo sido precedida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de 1838, e pela sucursal da Sociedade Geográfica de Lisboa, que aporta em terras brasileiras em 1878. O IHGB esteve entre as

primeiras Sociedades a serem fundadas em todo o mundo<sup>9</sup>, e foi a segunda a formar-se em terras latinoamericanas.

Para Antonio Carlos Robert Moraes (2011: 125), o IHGB foi um “aparelho cultural de integração da elite imperial (...), uma agência semi-estatal responsável pelo levantamento do território e para a formulação dos projetos territoriais do império”. O IHGB constitui-se em íntima relação com o poder público. Seu empenho central era a criação das bases de identidade política, social e territorial do país, em um contexto em que não havia uma *história sistematizada* sobre o mesmo, que poderia incentivar a formação de uma identidade nacional. Muitos membros do IHGB eram também ocupantes de cargos públicos, como desembargadores, Conselheiros de Estado, senadores, ou militares (Zusman, 1996). O Instituto foi já fundado sob a proteção imperial, cuja expressão era a de uma ajuda financeira de tal monta que, conforme nos conta Manoel Salgado (1988), apenas cinco anos após a sua fundação, 75% do seu orçamento provinha dos cofres públicos. A estreita relação com o Império seria ainda coroada com a mudança da sede do Instituto, em 1849, para o Paço Imperial, momento no qual o Imperador passa a acompanhar as suas reuniões, e com a reforma estatutária alguns anos mais adiante, que fazem por explicitar a ligação da sociedade geográfica com o Império (Zusman, 1996).

A filial brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) aporta no Rio de Janeiro em 1878, de tal sorte que, por alguns anos, a cidade congregou três instituições geográficas congêneres. A SGL foi trazida ao que se conformava como Brasil com ganas de estabelecer-se como ponto de apoio à política imperialista portuguesa direcionada à África (Mary, 2005; 2010), quando o país europeu buscava estabelecer o *mapa cor de rosa* na região, conectando Angola e Moçambique, ambas as costas do continente, em uma grande faixa no sentido leste-oeste (Gonçalves, 2018). Apesar da proximidade com a Conferência de Berlim (1884-1885), o projeto não foi bem sucedido uma vez estabelecido em terras brasileiras. A Sociedade desligou sua filial em 1889, enfraquecida após um racha entre seus membros alguns anos antes, em 1881, que resultaria, por sua vez, na fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Como nos conta Mary (2010), isso se deu pois parte dos membros da sucursal da Sociedade lusitana manteve-se fiel ao projeto inicial advindo de Lisboa, o qual caracterizava-se pela criação, nas diversas seções da sociedade-mãe, de um “fundo africano”, com vistas a promover sob bases mais bem estabelecidas a exploração

---

<sup>9</sup> A antecederam a *Société de Géographie de Paris* (1821), a *Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* (1828), a *Royal Geographical Society* (1830), inglesa, a *Sociedade Geográfica de Mumbai* (1831), a *Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* (1833) e a *Frankfurter Geographische Gesellschaft* (1836).

imperialista no continente. Por outro lado, um segundo grupo desejava empenhar-se com maior afinco nos assuntos mais iminentemente nacionais – ou seja, brasileiros. Apesar do intuito inicial da SGL em promover também explorações no Brasil, isso não bastou aos membros que passaram a anunciar seu descontentamento. Mesmo que após a cisão em 1881 a SGL tenha continuado a existir, seu funcionamento fica debilitado em razão do ocorrido, que resultou em perda de pessoal. Em 1889, com a queda de D. Pedro II, rui também a seção brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa, em muito pela proximidade estabelecida desde o princípio com o regime, e em especial em seus anos finais, com a preponderância dos temas portugueses tratados em seu Boletim, em detrimento aos iminentemente brasileiros (Mary, 2010).

Entre os anos de 1881, após o rompimento no seio da Sociedade de Geografia de Lisboa, e 1883, em que se formaliza a constituição da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foram gestadas as condições para a sua fundação. Foi no mês de fevereiro do citado ano, enfim, que nasce a primeira sociedade de geografia inteiramente nacional e que possuía apenas a ciência geográfica como objeto, com o que, como era de opinião da própria Sociedade do Rio (BSGRJ, 1885b), se diferenciaria do IHGB, que possuía também certa preocupação em relação ao campo disciplinar da História. Os objetivos oficiais da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro conformavam:

o estudo, discussão, investigações e explorações científicas de geografia nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos e documentos concernentes à geografia do Brasil (BSGRJ, 1885d: 191).

A sessão de fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ocorreu no dia 25 de fevereiro de 1883, ao meio-dia, no edifício da escola pública da freguesia de Nossa Senhora da Glória, na praça Duque de Caxias, na cidade do Rio de Janeiro (BSGRJ, 1885a). Participaram da sessão de fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro 79 senhores, os quais tornaram-se sócios fundadores (BSGRJ, 1885a). A maioria dos sócios trabalhavam no aparelho de Estado, seja como quadros burocráticos, técnicos, militares ou no poder legislativo. Estiveram presentes em sua cerimônia de fundação senadores e deputados do império, advogados, médicos, engenheiros, todos advindos de famílias renomadas (Carris, 2003), e com amplo trânsito nas cúpulas de poder institucional. Foram esses os sujeitos que passaram a compor o quadro de sócios da SGRJ e conformavam o que viria a ser, com o espraiamento da ordem competitiva, a burguesia nativa. A maioria destes havia se formado

nas escolas superiores brasileiras (Carris, 2003), diferentemente do que fora corrente há poucas gerações, em que predominava a formação intelectual dos estamentos superiores na Europa. O arcabouço teórico e cultural desta camada social, apesar disso, permaneceu fortemente vinculado ao europeu.

O presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro eleito em sua fundação foi um típico senhor estamental. Presidente da Comissão de Ministros às vésperas da fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1882, este senhor ocupava um dos mais altos cargos da política nacional, a saber, o de nomear e demitir os ministros de Estado. Alguns anos antes, em 1879, havia sido nomeado Conselheiro de Estado, participando do seleto grupo — de até dez pessoas — que acumulavam este cargo vitalício, que eram ouvidas pelo Imperador quando este fazia uso de seu poder moderador, além de todas as negociações consideradas mais relevantes, como as negociações entre nações, os acordos de paz e mesmo as questões relativas à própria administração pública. De família militar, este senhor cumpriu com sua formação na escola superior de Olinda, no seu Curso Jurídico. Dedicou grande parte da sua vida à gestão do Estado imperial e da ordem estamental: foi presidente de diversas províncias entre os anos de 1858 e 1881, deputado provincial uma década antes de estar à frente de sua primeira província, deputado geral por diversos mandatos desde o princípio da segunda metade do século, e senador em 1865 (Carris, 2003; Cabral, 2012<sup>10</sup> *apud* AN. Biografias, 2025)<sup>11</sup>.

Ao longo dos dez primeiros anos de atividade da Sociedade do Rio, sua diretoria congregou três Conselheiros de Estado, um Chefe de Divisão e vereador, quatro Comendadores, um senador, dois engenheiros doutores, quatro doutores, um engenheiro, um Capitão-tenente, que durante o seu tempo de diretoria se tornaria Capitão de Fragata, um Tenente e um Contra-almirante, que se tornaria Almirante durante os anos à frente da Sociedade do Rio. Aos outros dois homens que compuseram a diretoria durante estes anos, não foram tributados títulos nas páginas do Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (BSGRJ, 1885c; 1885g; 1886e; 1887e; 1888a; 1889; 1891; 1892).

O Imperador frequentava o espaço da SGRJ regularmente, participava de algumas sessões de interesse nacional (BSGRJ, 1885e; 1885f; 1886a; 1886d) e foi nomeado, em 1886, presidente honorário da Sociedade (BSGRJ, 1886e), que contou com financiamento imperial e estatal em diversas ocasiões, como foi com o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, de

<sup>10</sup> CABRAL, Dilma et al. **Ministério da Justiça 190 anos:** justiça, direitos e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

<sup>11</sup> João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1921), o Marquês de Paranaguá, nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, no Piauí, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

1909, (Pereira, 2002), ou com a subvenção de livros para a Sociedade do Rio (JCOMM, 1884). Outros dois senhores receberam o título de presidente honorário da Sociedade, ao lado de D. Pedro II. Foram eles o Marquês de Paranaguá, também seu presidente em exercício, e o Conde d’Eu, todos os três apontados em 1886 (BSGRJ, 1886e). Também o senhor Antonio de Paula Freitas, redator da Revista, foi agraciado com esta homenagem alguns anos mais tarde, em 1891, sendo apontado como Vice-presidente honorário. Após a Proclamação da República, em 1889, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro reitera, em 1891 e 1892, os cargos honorários, ao Marquês, ao Conde, e ao Redator da Revista (BSGRJ, 1891; 1892).

Os sócios da SGRJ eram divididos entre os efetivos, residentes no município ou na província do Rio de Janeiro, e os correspondentes, com residência alhures. Cada sócio efetivo deveria pagar, ao ser nela admitido, a bagatela de 10\$000 réis, além de 1\$000 réis mensais, a serem cobrados trimestralmente. Alternativamente, podia-se pagar, “para remir-se” das mensalidades, 100\$000 réis no ato de associação (BSGRJ, 1885d). Para fins de comparação, uma casa térrea no centro do Rio de Janeiro custava 10\$000 réis em 1871; e o salário de um professor em 1888 era de 2\$700 réis, que com a bonificação somada, atingia os 3\$000 réis, de acordo com o Instituto de Estudos Literários da Unicamp (2023).

Ainda buscando sugerir uma comparação entre os valores de associação e mensalidades da Sociedade e aqueles estabelecidos pela sociedade escravista e estamental, 100\$000 réis era a quantia de renda líquida necessária a ser comprovada para que um cidadão pudesse participar da vida política do país, por meio de seus processos eleitorais (Brasil, 1824). De acordo com Richard Graham<sup>12</sup> (*apud* Santos, 2023), em 1870, em função do voto censitário vigente no país, cerca de 50,6% dos homens livres com mais de 21 anos estavam aptos a votar, o que equivalia a apenas cerca de 10% da população total (Owensby, 1999; IBGE, 1872). A cidadania, que no Brasil estava restrita aos homens livres, e portanto brancos, conformava aqueles que podiam votar e ser votados. Os demais segmentos da sociedade, *desenraizados* (Fernandes, 1986), *desclassificados* (Souza, 2008), *inorgânicos* (Prado Jr., 2005) *condenados ou malditos da terra* (Fanon, 1961), mantinham-se relegados à marginalidade da vida social, política, cultural e econômica. E os escravizados, que constituíam cerca de 15,21% da população total em 1872 (IBGE, 1872), não eram considerados senão *mercadoria*. As mulheres, brancas e negras, estavam igualmente excluídas de direitos políticos.

---

<sup>12</sup> GRAHAM, Richard. **Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil**. California: Stanford University Press, 1990.

Em 1881, a reforma eleitoral da Lei Saraiva reduz o números de pessoas aptas a participar das eleições do país (Santos, 2023; Castelucci, 2014): o recorte de renda líquida anual mínima para que um cidadão fosse considerado apto ao voto dobrou em relação ao valor até então vigente, e passou a ser de 200\$000 réis (Brasil, 1881). A redução no número de eleitores causada pela elevação do crivo censitário e pela definitiva exclusão dos analfabetos só seria recuperada, de acordo com Santos (2023), em 1945.

Além da restrição estritamente econômica à entrada de novos sócios à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, havia ainda um outro critério que terminava por imprimir um caráter estamental a esta Sociedade: os novos sócios, que seriam avaliados pela diretoria da Sociedade de Geografia para subsequente admissão, teriam obrigatoriamente de ser indicados por um membro já pertencente à mesma. O bloqueio social, cultural e político, em uma sociedade com uma mobilidade social consideravelmente restrita (Fernandes, 1975; 2010; 2020; Owensby, 1999), cumpre com sua função ao garantir que somente os senhores dos estamentos superiores obtivessem acesso à instituição.

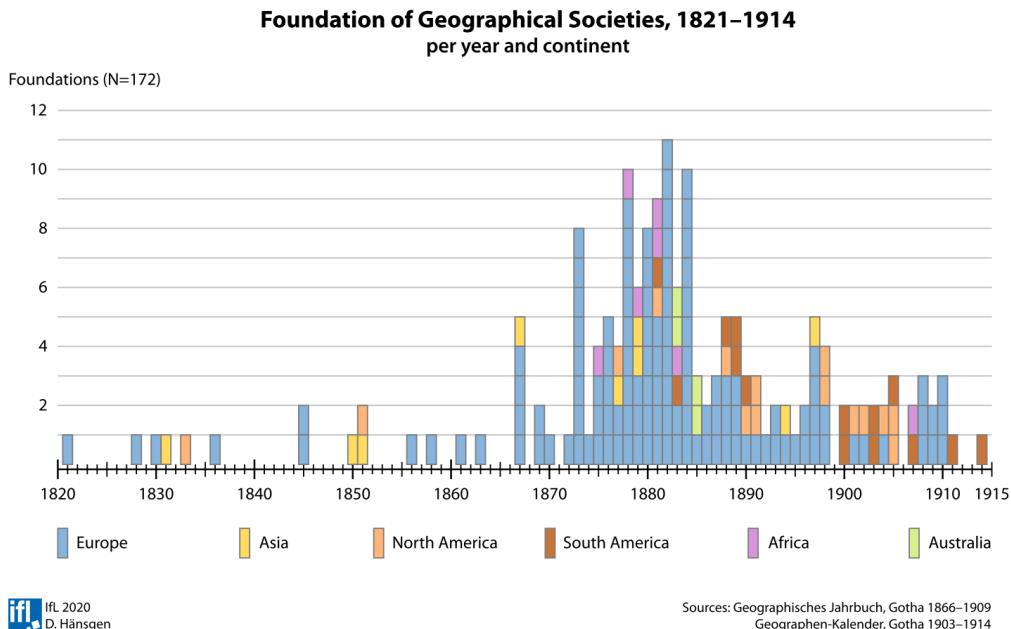
### *2.1 — A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em meio às sociedades de geografia*

As sociedades de geografia surgiram na Europa, no século XIX, e se consolidaram como instituições intimamente relacionadas com os processos neocoloniais que tiveram na região mais ocidental do continente o seu polo irradiador. Assim, suas atividades estiveram em consonância com os ritmos econômicos, sociais e políticos de cada país e do continente em geral, oscilando junto destes. No avançar da hegemonia do capital monopolista sobre o concorrencial na Europa, já nos anos 1870, emerge uma miríade de sociedades geográficas no continente, com esta tendência se estendendo também aos países de outros continentes (Heffernan, 2009). Conforme aponta Capel (1977), entre 1821 e 1865 havia apenas 16 sociedades geográficas estruturadas, e em 1878, cerca de uma década mais tarde, estas totalizavam 50, e até 1914, ao menos 170 sociedades de geografia existiram em todos os continentes, além de dúzias de sucursais locais, que estiveram em atividade ao menos temporariamente (Georg; Wardenga, 2020)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Consideramos relevante apontar que o levantamento realizado por Georg e Wardenga (2020) não considera o IHGB como uma sociedade de geografia.

Gráfico 1 - Fundação das sociedades geográficas, 1821-1914 por ano e continente



Fonte: Georg; Wardenga, 2020

A concentração de fundações de novas sociedades geográficas a partir do terceiro quartel do século XIX corresponde a uma necessidade premente das burguesias europeias: a da colonização como forma de aliviar as crises de sobreprodução na Europa, alcançando novas terras e coagindo os novos territórios, isto é, “o chão e mais a população” (Santos, 2000: 96) a serem seus novos mercados. Como meio de arrefecer a grande crise de 1873, o capital financeiro passa a buscar novos mercados para aliviar a superprodução atingida em seus próprios países. Com isso, a exportação de capitais passa a ser a regra.

Sem dúvida, um dos marcos para esse momento esteve na composição de uma reconfiguração da geopolítica do capitalismo a partir da Conferência de Berlim (1884), (...) abrindo nessa proposta neocolonialista um ‘espaço novo’ para a ampliação do capital e da barbárie contra as populações locais. (...) Grande parte da produtividade das novas potências (Estados Unidos e Alemanha) e o protecionismo usado por esses novos centros com as periferias do capitalismo ameaçaram os possuidores de capital da Grã-Bretanha nas disputas por novos mercados. No entanto, todos usaram da expansão geográfica para fazer da grande depressão um período de grande expansão das potências imperialistas (Assis, 2016: 74).

E as sociedades geográficas mostraram-se instrumentos auxiliares bastante úteis para a consagração deste processo de dominação. Afinal, para a colonização é de suma importância conhecer o território. Sem ele, o levantamento etnográfico, hidrográfico, meteorológico, zoológico, botânico, enfim, a política colonialista do capital financeiro não seria possível.

Isso é algo bastante diferente da antiga livre concorrência entre patrões dispersos que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país e, ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo (Lenin, 2012: 47).

As “viagens de exploração” eram o polo dinamizador das sociedades geográficas. Heffernan (2009) defende que o próprio mote da Geografia sofre uma transformação no século das luzes, quando a “geografia da navegação” passa a adquirir os contornos de uma “geografia da exploração”. Foi ainda neste século, como nos relata o autor, que surgiu, do seio da corte do monarca francês Luis XIV, a primeira tentativa, embora mal-sucedida, de conformação de uma sociedade geográfica, em 1782. Alguns anos mais tarde, no entanto, se consolida na Inglaterra a Associação pela Promoção da Descoberta das Partes Interiores da África<sup>14</sup>, que viria a financiar diversas expedições exploratórias no continente africano. No século XIX esse processo viria a ganhar musculatura e complexidade, e as sociedades de geografia se consolidariam como o ponto focal das viagens de exploração (Heffernan, 2009). A *Royal Geographical Society* (RGS) é exemplar deste processo:

Muitas sociedades dedicadas ao trabalho de campo e viagens além-mar já existiam em Londres, incluindo a *Linnean Society for Natural History* (fundada em 1788), a Associação Palestina (1804), a Sociedade Geológica (1807), a Sociedade Zoológica (1826) e o *Raleigh Club* (1826), sendo este último um clube privado [*dining club*] cujos membros afirmavam coletivamente ter visitado todas as partes do mundo conhecido. A RGS tinha como objetivo proporcionar um foco mais preciso em Londres para aqueles com um interesse em viagens e exploração. Mesmo na sua fundação, ela era muito maior do que suas rivais existentes em Paris e Berlin. Os 460 sócios originais incluíam John Barrow, o explorador e ensaísta, e Robert Brown, o estudante pioneiro da flora australiana. Em um ano, a RGS assumiu o *Raleigh Club*, a Associação Africana e a Associação Palestina, ganhando um monopólio virtual sobre as explorações britânicas (Brown, 1980<sup>15</sup>). A preeminência da RGS como ponto focal das explorações mundiais aumentou nas décadas subsequentes. (Heffernan, 2009: 7-8, tradução nossa<sup>16</sup>)

---

<sup>14</sup> Do original, *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*.

<sup>15</sup> Brown, E. (Org.) **Geography Yesterday and Tomorrow**. Oxford: Oxford University Press, 1980.

<sup>16</sup> Do original: “Several London societies committed to fieldwork and overseas travel already existed, including the Linnean Society for natural history (established in 1788), the Palestine Association (1804), the Geological Society (1807), the Zoological Society (1826) and the Raleigh Club (1826), the last named being a dining club whose members claimed collectively to have visited every part of the known world. The RGS was to provide a clearer London focus for those with an interest in travel and exploration. Even at its foundation, it was far larger than its existing rivals in Paris and Berlin. The 460 original fellows included John Barrow, the explorer and essayist, and Robert Brown, the pioneer student of Australian flora. Within a year, the RGS had taken over the Raleigh Club, the African Association and the Palestine Association to gain a virtual monopoly on British exploration (Brown, 1980). The pre-eminence of the RGS as the focal point of world exploration increased over subsequent decades” (Heffernan, 2009: 7-8).

Para Stoddart (1980), a RGS se conformou como um espaço de interação social, mantendo algumas das heranças do *Raleigh Club* e da Associação Africana. Neste aspecto, ela se diferenciava da Sociedade Geológica e da Sociedade Astronômica, que possuíam caráter mais técnico. Além disso, o autor considera que poderia ser tributada a ela uma aproximação “algo amadora, se não dilettante” (Stoddart, 1980: 191) para um campo disciplinar que ainda não estava estabelecido em termos plenamente profissionais.

O entrelaçamento dos interesses das frações de classe mais abastadas na Inglaterra, da marinha e da mídia do país, todos atrelados aos interesses do império inglês (Heffernan, 2009) incentivaram que seus exploradores virassem figuras de renome em seus países de origem. Eles recebiam amplo apoio e divulgação de suas atividades além-mar, como foram os casos de Richard Francis Burton, John Hanning Speke, David Livingstone, Henry Morton Stanley, todos em alguma medida apoiados pela *Royal Geographical Society* para realizar as viagens de exploração em África (Heffernan, 2009). A Sociedade inglesa se empenhava meticulosa e escrupulosamente em providenciar o dinheiro, elencar objetivos precisos para a exploração e emprestar todos os meios necessários, seja em equipamentos ou em instrumentos, para a sua realização (Heffernan, 2009). Assim, coordenava as disputas oriundas da ação colonialista.

Os conhecimentos de navegação e cartográficos dos geógrafos durante a era ‘heróica’ das explorações e descobertas pavimentaram o caminho para a colonização militar e comercial europeia das Américas, Ásia e África. A principal ‘ferramenta’ geográfica era, é claro, o mapa. Ao representar a enorme complexidade física e humana de uma paisagem em uma única imagem, geógrafos e cartógrafos forneceram ao projeto imperial europeu o que pode ser considerado como o seu dispositivo mais potente. A exploração europeia e o mapeamento das costas das Américas, África, Ásia e Pacífico, e o subsequente levantamento topográfico terrestre desses vastos continentes, foram evidentemente um exercício de autoridade imperial (Heffernan, 2009: 10, tradução nossa<sup>17)</sup>)

Essas explorações, financiadas por homens de Estado, endinheirados, chegavam como conhecimento produzido à Sociedade à qual estavam filiados e de lá espraiava-se aos demais espaços pelos quais circulavam os seus membros, dentre os quais se destacam os Estados imperiais de seus respectivos países.

---

<sup>17</sup> Do original: “The navigational and cartographic skills of the geographer during the ‘heroic’ age of exploration and discovery paved the way for European military and commercial colonization of the Americas, Asia and Africa. The principal geographical ‘tool’ was, of course, the map. By representing the huge complexity of a physical and human landscape in a single image, geographers and cartographers provided the European imperial project with arguably its most potent device. European exploration and mapping of the coastlines of the Americas, Africa, Asia and the Pacific, and the subsequent terrestrial topographic surveying of these vast continents, were self-evidently an exercise in imperial authority” (Heffernan, 2009: 10)

À medida em que o projeto neocolonialista do capital financeiro tomava corpo, se complexifica e especializa o instrumental que servia de suporte à realização *in loco* do mapeamento das futuras colônias, com a devida catalogação do território. Ainda que tenha sido lançado em sua primeira edição poucas décadas antes do maior ascenso das políticas de colonização dos oitocentos, a publicação da *Royal Geographical Society, Hints to travellers*, em 1854, dialoga com a preocupação, por parte da Sociedade inglesa, com a sistematização das formas de se fazer as explorações. A publicação, que contou com diversas outras edições nos anos subsequentes, tinha por objetivo ser um guia aos viajantes empenhados nas explorações, para tornar suas observações críveis. O desafio, Driver (1998) aponta, seria dar autoridade a um campo de conhecimento largo e diverso, num momento em que o conhecimento geográfico estaria se consolidando como objeto de interesse generalizado. O que jaz por detrás do ímpeto de dar autoridade às explorações, equipar os viajantes destreinados com técnicas e equipamentos adequados, é, evidentemente, a necessidade premente de garantir e efetivar a nova onda de ações colonialistas a serviço do Estado e das associações capitalistas. Ou seja, para dar conta de todas as novas colônias, a padronização e elevação do nível médio das explorações era necessária. O desejo de “autoridade”, muito mais do que puramente interno à ciência, para que o campo do conhecimento se solidifique, está vinculado às necessidades expansivas, concentradoras e centralizadoras do capital.

Assim, não só a estrutura organizativa das sociedades geográficas a partir dos anos 1870 é fortemente direcionada às viagens de exploração, mas também o caráter político que a constituía, que dava norte às sociedades geográficas fora reestruturado. Isso porque até 1860, sob o auge do capitalismo concorrencial, os Estados eram, *grosso modo*, contrários às políticas colonialistas (Lenin, 2012). É com o advento das novas exigências do capital monopolista que estas instituições giram o seu foco, e consequentemente seus membros, para outros fins. Com a virada do século, por sua vez, Capel (1977) identifica que as Sociedades passam a estar cada vez mais subordinadas às instituições de ensino formal, apesar de haver casos em que a vinculação direta com o neocolonialismo se estende século XX adentro, como Milani (2011) nos conta que ocorre com a Sociedade Real Geográfica Belga e a colonização da República Democrática do Congo.

A conformação das sociedades de geografia nos países de passado colonial tampouco está apartada desta conjuntura e de seus determinantes estruturais, mas devem ser analisadas a partir das relações sociais endógenas aos seus próprios países, e balizadas por sua formação social e territorial particular. Um dos elementos comuns às Sociedades da América Latina seria necessariamente o da incorporação dos fundos territoriais herdados pelo domínio

colonial dos períodos precedentes aos processos de independência que ocorreram no continente, e da construção dos seus respectivos Estados nacionais. O processo de edificação do país, amparado por referenciais muito mais territoriais do que propriamente nacionais, conforme sugere Moraes (2011), relegaria marcas próprias a estas formações territoriais.

No caso brasileiro, essas Sociedades, e com ênfase a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, trabalharam pela assimilação destes “estoques espaciais” (Moraes, 2005) e, nesse processo de mapeamento, o país sofre uma dupla pilhagem: a primeira, pela própria ordem estamental, que dirige o mapeamento e a catalogação do território como uma verdadeira *exploração* sob a bandeira do “progresso” e da “civilização”, deixando atrás de si um rastro de sangue, doenças e devastação para efetivar o seu domínio. Assim as diversas espécies, animais e botânicas, foram catalogadas e coletadas para amostra, e as bacias hidrográficas, as variações morfológicas da paisagem, dos biomas, climáticas, foram paulatinamente mapeadas. Uma vez que os exploradores retornavam, essas amostras passaram a constituir os arquivos dos museus, ou eram levadas às exposições universais<sup>18</sup>, onde as burguesias do mundo, ávidas, circulavam e conspiravam em seu “exibicionismo burguês” (Hardman, 1988: 49). A segunda pilhagem, portanto, é esta que implica forças e recursos nativos para o mapeamento territorial, e se conclui com a entrega das suas “descobertas” às potências imperialistas. O desenvolvimento de leis, decretos, e mesmo as parcerias seladas entre as sociedades geográficas que criaram as condições para o aporte dos exploradores ou das companhias alóctones em território nacional contribuíram com esta mesma pilhagem, com o facilitador das mesmas “descobertas” caírem, neste caso, diretamente nas mãos das potências.

A conformação de sociedades geográficas nos países de passado colonial, nesse contexto, e em especial do Brasil, nos parece se dar por dois<sup>19</sup> motivos principais. Um deles

<sup>18</sup> Estes importantes eventos do século XIX são caracterizados por Francisco Foot Hardman (1988: 49) como a própria *exhibitio* da civilização burguesa, “didática em sua nova taxinomia dos produtos do trabalho humano, magnífica em seu mosaico iluminista de curiosidades nacionais, insuperável na construção de santuários destinados ao fetiche-mercadoria”. Conforme o autor: “As exposições universais da segunda metade do século passado e princípios deste constituem certamente um dos veios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à imagem da ‘riqueza das nações’. Os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma ímpar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação. Encontram-se ali expostos o ideal obsessivo do saber enciclopédico e o não menos conhecido eurocentrismo, garbosamente fantasiado de cosmopolitismo liberal e altruísta. Tais exibições significaram também uma das primeiras amostras bem-sucedidas de cultura de massas, com a montagem de espetáculos populares em que se alternam fascinantemente o mistério de territórios exóticos, a magia das artes mecânicas – de suas criaturas que se põem em movimento –, os símbolos do orgulho nacional e da adoração à pátria, o simples desejo de entretenimento e, sobretudo, o transe lúdico do fetiche-mercadoria” (Hardman, 1988: 49-50).

<sup>19</sup> Embora no nosso entendimento a história da geografia não deva resumir-se às histórias de sua profissionalização, institucionalização ou discurso (Sousa Neto, 2021), há ainda um terceiro elemento que não passa por nós desapercebido: as sociedades científicas em geral, e as sociedades geográficas em particular, cumpriram certo papel nos diferentes processos de institucionalização dos seus respectivos campos disciplinares nas universidades, lançando as bases teóricas, epistemológicas e metodológicas do que viria a ser a Geografia. No caso brasileiro, Carris (2003), Mary (2010), Pereira (2002) e Zusman (1996) apontam este elemento.

diz respeito ao esforço permanente pela inserção do país no “mundo moderno” através do progresso nos moldes comtianos, ou seja, pela inserção “no ambiente cientificista, patamar de todas as possibilidades de progresso conforme ao ideário da época” (Zusman, 1996: 120), como foi deveras reiterado pelos membros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, seja ao salientar as cartas geográficas como “um dos elementos indispensáveis para um bom governo de uma boa nação, e, portanto, para o seu progresso” (BSGRJ, 1888c: 126-127), seja ao narrar o desenvolvimento das ferrovias como sintomas do progresso (BSGRJ, 1886d; 1887c). Assim, a transposição de instituições típicas da Europa aos trópicos ganhava certo apelo e pode se consolidar como uma influência, em especial considerando-se a ampla gama de senhores estamentais que circulavam pelo velho continente e lá constituíam também grande parte do seu referencial teórico e ideológico.

Outro, ao qual o primeiro se subordina, diz respeito à complexificação e ao aprimoramento das necessidades organizativas daquela classe burguesa em formação, que aos poucos passava a compreender a “comunidade de interesses” (Fernandes, 2010; 2020) ao qual estava vinculada, sobretudo dentro do próprio território. Essa complexificação ocorre no sentido de garantir a manutenção de seu poder, extremamente concentrado na mão de poucos, e que retém e imprime à passagem à ordem republicana os seus ritmos históricos arcaicos e o mandonismo senhorial e oligárquico congênitos à ordem estamental. As estruturas coloniais e arcaicas se *fixam* no desenvolvimento do capitalismo emergente, como nos propõe Florestan Fernandes (2010). Nesse sentido, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro surge como necessidade orgânica dos estamentos superiores em aburguesamento, para completar a inserção dos fundos territoriais do país à ordem estamental, o que acaba também por catalisar o processo de espriamento, autocrático e dependente, da ordem competitiva. Assim, nos parece certo que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro não teria se formado meramente para fazer existir uma sociedade “inteiramente nacional” (se diferenciando então da sucursal da Sociedade de Geografia de Lisboa) ou “inteiramente geográfica” (com o que se diferenciaria, por sua vez, do IHGB), mas primordialmente “pelas transformações por que passava a noção de Geografia e de estar se gestando um outro país” (Sousa Neto, 2001).

Neste lento processo de configuração e criação de um “querer coletivo” dos senhores estamentais, vai se ampliando o reconhecimento, entre eles, de que existem ali interesses comuns, compartilhados entre os que tiveram as mesmas vivências culturais, políticas e sociais. É nesse período que as primeiras manifestações coletivas de interesses comuns principiam a aparecer entre esses senhores, uma vez que se assenhoram da comunidade de interesses também e sobretudo econômicos das quais fazem parte (Fernandes, 2010).

Certamente de caráter regional e descaradamente “concentradas no topo” (Fernandes, 2010), essas manifestações ocorriam através de figurões do governo, muitos dos quais circulavam pelos corredores da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, participavam de conferências, se engajavam nos debates mais pujantes que se realizavam ali e propagandeavam a glória de suas expedições e descobertas. Esta instituição, assim, funciona como mais uma das instâncias onde os senhores da época passam a compreender que fazem parte de uma comunidade de interesses comuns, e por meio da qual, por isso mesmo, podem reforçar os seus interesses, em especial o da construção da nação, com a sua passagem autocrática e dependente à ordem competitiva.

O fato da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro congregar entre seus sócios representantes de interesses estamentais diversos, como “defensores do regalismo como Franklin Américo Menezes, Escragnole de Taunay, republicanos como Julio Borges Diniz, partidários do liberalismo como Carlos Leôncio de Carvalho e Tristão de Araripe” (Zusman, 1996: 121), não implica na sua conformação como a de uma *arena*, contraposta a um grupo de interesses (Driver, 1998).

Apesar de Felix Driver (1998) tratar especificamente da *Royal Geographical Society*, sua proposição foi levada adiante como uma concepção do que seriam as sociedades de geografia. Tratando das sociedades de geografia do Império, Mary (2010) afirma que

a *Royal Geographical Society* constituiu-se fundamentalmente como uma grande arena, ponto de convivência e troca de informações entre várias modalidades de conhecimento sobre a Terra, como os antiquários e os orientalistas que praticavam formas tradicionais de conhecimento, fora dos parâmetros científicos. Este caráter, híbrido, foi comum a todas as sociedades de geografia europeias, que, em regra, não fugiam a uma espécie de padrão quanto ao seu formato, composição e atuação. (Mary, 2010: 29)

No tocante às instituições localizadas em território carioca, a autora traça uma aproximação entre a filial da SGL e o IHGB ao caracterizar a ambas como espaços de sociabilidade, no qual subgrupos são formados em função de interesses comuns. Para a autora “a política expansionista dos centros europeus, entretanto, não explica a existência desses estabelecimentos nas áreas coloniais” (Mary, 2010: 17).

Pereira (2002) coaduna com o autor inglês na consideração de que o IHGB e a SGRJ seriam intituições mais dessemelhantes do que o contrário, uma vez que aquele seria um instituto oficial e esta uma agremiação voluntária,

[...] em princípio movida por interesses comuns. Na prática, porém, controvérsias como a da navegação fluvial e vias auxiliares, demonstravam o quanto as ideias que circulavam no interior da SGRJ podiam ser conflitantes. Daí que ela deva ser compreendida, a exemplo do que foi proposto por Driver (1998)<sup>20</sup> em relação à *Royal Geographical Society*, não como um grupo de interesse mas como uma *arena* (Pereira, 2002: 122).

A “dificuldade de se estabelecer um padrão comum para o tipo de instituição considerada” (Pereira, 2002: 20), em nosso entendimento, desaparece se tomamos em conta os processos sócio-históricos que a análise do território, tomado em seu caráter processual, ou seja, de formação, possibilita. A análise retrospectiva da formação territorial mirada desde a concepção de que existe um substrato material às filiações ideológicas dos sujeitos, ou seja, de que existem afinidades eletivas cuja baliza são as classes sociais (Sousa Neto, 2021), contribui, do ponto de vista teórico, com o desvelamento daquelas divergências que são meramente conjunturais, das convergências estruturais, que se referem a um determinado projeto de Brasil. Desse ponto de vista ganha destaque a relativa homogeneidade político-ideológica existente entre os sócios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, bem como a similaridade organizativa e estratégica entre o IHGB e a SGRJ (Carris, 2003).

O que nós dizemos, nos distanciando igualmente da noção de *arenas*, é: que haja interesses imediatos e portanto focos distintos dentre os membros de uma mesma instituição não anula a existência de interesses objetivos comuns aos mesmos. O que queremos dizer é que apesar das discordâncias pontuais que existiram entre aqueles senhores que frequentavam a Sociedade do Rio, há também um amálgama que as une e para o qual elas irremediavelmente retornam frente à necessidade de sobrevivência de seu domínio, pela manutenção da ordem. A questão de fundo posta, então, não poderia ser outra que não a de que as sociedades geográficas funcionaram como agentes do imperialismo a serviço dessa geografia da acumulação (Harvey, 2001). O deslocamento de foco que a concepção de *arena* impõe, nesse caso, é um exemplo do processo de escamoteamento do negativo de um processo em movimento. Para uma história da geografia na geografia histórica do capitalismo, por sua vez, o caminho passa por assumir que esse processo em movimento pertence a um projeto de poder, no qual se revela parcialmente a luta de classes.

A inserção no “mundo moderno” pelo “progresso” e pela “civilização” eram como que uma obsessão destes senhores (Pereira, 2002), consoante ao projeto de se erigir uma nação, com o qual estavam comprometidos. Essa inserção era promovida por distintas frentes, da qual a paulatina nativização do Estado brasileiro ao longo de todo o século XIX, como

---

<sup>20</sup> DRIVER, Felix. Scientific exploration and the construction of geographical knowledge: Hints to travellers. *Finisterra*, vol. 33, n. 65, 1998.

forma de responder à progressiva complexificação das necessidades internas ao território, neste processo que acabaria por incutir a disseminação da ordem competitiva (Fernandes, 2010; 2020), é o maior expoente. No universo das sociedades geográficas, eram comuns os intercâmbios de periódicos entre as instituições. No Boletim da SGRJ havia uma sessão intitulada “Noticiário”, especialmente devotada às notícias do mundo, sobretudo europeu. Isso pois,

na verdade, as sociedades geográficas do mundo observavam e relatavam as atividades umas das outras. Elas trocavam publicações e cartas. Concediam medalhas ou títulos de membros correspondentes ou honorários a membros de outras Sociedades, ou os convidavam como palestrantes. Se encontravam nos congressos geográficos nacionais e internacionais que organizavam. Buscavam imitar outras Sociedades por admiração, ou para superá-las por rivalidades nacionais ou imperial-coloniais (Georg, Wardenga, 2020: 72, tradução nossa<sup>21</sup>).

Diversas sociedades de geografia enviavam os seus Boletins à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do que se tem notícia desde 1886, um ano após o início da circulação do Boletim da Sociedade do Rio. O conhecimento viajava e as ideias, que circulavam, acabavam por fazer circular também as práticas dos que se reuniam em suas respectivas sociedades geográficas. Até 1914, circularam na Sociedade boletins de sociedades geográficas vindos de diversos países da Europa, da África, da América Latina e da América do Norte.

Os homens que escreviam ao Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro destacaram, em suas páginas, algumas destas revistas. Dentre as que tratavam de forma reincidente sobre a Amazônia estão a *American Geographical Society* e a *Société de Géographie Commerciale de Bordeaux*, que enviaram seus boletins à Sociedade fluminense desde a sua fundação, e ao menos até os anos 1920, a *Société de Géographie de Lille*, com circulação entre os anos de 1886 e 1905, e a *Société de Géographie Commerciale de Paris*, a qual enviou seus boletins entre 1886 e 1890. Também a parisiense *Revue du Monde Latin* circulou amplamente no Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: há reprodução da revista entre os anos de 1886 e 1898, com temas tão diversos quanto as áreas contestadas entre a França e o Brasil, na área fronteiriça com a Guiana; a relação entre a América Latina e os EUA; a realização de cartas comerciais; e assuntos econômicos concernentes à Amazônia.

---

<sup>21</sup> Do original: “In fact, the world’s Geographical Societies observed, and reported on, each other’s activities. They exchanged publications and letters. They awarded medals or corresponding or honorary memberships to other Societies’ members, or invited them as speakers. They met at the national and international geographical congresses that they organized. They sought to emulate other Societies out of admiration, or to outstrip them out of national or imperial-colonial rivalry (Georg, Wardenga, 2020: 72).

As cartas comerciais em pauta eram “destinadas a fazer conhecer duma maneira prática as regiões, *nas quais o comércio francês deve procurar implantar-se*, e a fornecer indicações seguras e exatas sobre as suas produções naturais e agrícolas, os centros consumidores, etc” (BSGRJ 1886c: 316, grifos nossos). Das cartas, à altura da publicação do texto sete já estavam terminadas, e uma delas era a da bacia do Amazonas, que continha “esclarecimentos importantes” à França, de acordo com a *Revue du Monde Latin*. A correspondência com Londres noticiada pelo Jornal do Commercio do Rio de Janeiro também se ocupa com frequência da referida região, com ênfase destacada ao período que vai de 1873 a 1888. O Jornal do Commercio do Rio de Janeiro era um renomado jornal entre os estratos superiores do país, o qual

noticiava informações relativas ao comércio, às chegadas e saídas de navios, compras e vendas de escravos, além de notícias do país e do exterior. Na medida em que foi se afirmando, começou a destacar também questões políticas, tornando-se o principal veículo de consulta das elites econômicas, vinculadas ao comércio e à lavoura cafeeira, e dos membros da administração pública. (...) O Jornal do Commercio notabilizou-se pela linguagem moderada e conservadora que lhe granjeou grande prestígio entre as elites do Império, confundindo a sua história com a própria história do Segundo Reinado. (Machado, 2010: 43-44)

A Amazônia é tratada nos periódicos estrangeiros de modo a se exaltar os seus recursos naturais “inesgotáveis”, sua grandiosa fertilidade e incomparável biodiversidade, a qual deveria ser permanentemente exposta nas províncias do norte do país, com vistas à facilitação da transferência desta catalogação ali envidraçada em direção às exposições universais (BSGRJ, 1887d). Estas exposições funcionaram, como bem revela Assis (2016), como meio de campo à geopolítica do capital, com o Brasil conformando-se como país subsumido às potências ocidentais. Nas páginas da Sociedade estadunidense congênere, a *American Geographical Society*, ressaltam-se os seus olhos espichados para as terras da bacia amazônica, ansiosos pelo amplo desenvolvimento desta região que contaria com o sonho dos recursos intermináveis (BSGRJ, 1890). As páginas da *Société de Géographie de Lille*, da *Société de Géographie Commerciale de Paris* e da *Société de Géographie Commerciale de Bordeaux* são reincidentes no que toca ao temário da Amazônia, mantendo sempre em sua alçada o acompanhamento da região pretendida (BSGRJ 1886b; 1886c; 1887a). A *Revue du Monde Latin*, reproduzida no Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, destaca, em tom elogioso, que “seus diversos boletins são preciosas contribuições para a ciência geográfica, e [que] muito nos felicitamos por notar que neles se consagra largo espaço ao

*estudo da bacia do Amazonas. Ali está o futuro do Brasil*" (BSGRJ, 1886b: 258 grifos nossos).

É em meio a este cenário que a Amazônia desponta, então, como tema de interesse ímpar entre as nações europeias, nomeadamente Inglaterra e França, bem como os Estados Unidos. Como parte dos processos de inventariamento e catalogação extensivas dos fundos territoriais, cujos desdobramentos passaram por expandir a construção de infraestrutura do país, um dos projetos que despontam em fins do século XIX como de especial importância ao país em construção é o projeto de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Os calorosos debates em torno desta ferrovia, que só seria finalizada em 1912, tomaram palco na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, envolvendo não apenas os estratos superiores em aburguesamento, mas também o então Imperador, D. Pedro II, em seus debates. A Amazônia, alvo de tantos interesses alóctones até o presente, desde meados do século XIX já tinha sobre si, de forma sistemática, os olhos dos homens das potências centrais, que buscavam desvendá-la, catalogá-la e dela se apoderar.

## CAPÍTULO 3: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO ANTE A DEPENDÊNCIA

O ímpeto de desenvolvimento especificamente urbano no país (Geiger; Davidovich, 1961) que se arrolou em meio ao processo de construção do Estado nacional aliciou as bases para o espraiamento da ordem competitiva e especificamente capitalista no país. É em fins do século XIX, com a complexificação das atividades comerciais e financeiras propiciadas pelo excedente econômico do escravismo-mercantil, que empresas de manufatura, de navegação, bancos, transportes urbanos e as estradas de ferro passam a aparecer de forma mais substancial. A cidade do Rio de Janeiro se tornou, nesse contexto, a “representante lídima da moderna expansão urbana” (Geiger; Davidovich, 1961: 37). Esse primeiro impulso de urbanização foi também o que criou as condições ao desenvolvimento do capitalismo mercantil no país, com o espraiamento e crescimento de um mercado interno antes ainda amorfo.

É nesse contexto que a construção de ferrovias passa a ser objeto de interesse destacado dentre os setores dominantes, no país e na América Latina. Mundialmente, “com a ferrovia e a navegação a vapor o mercado mundial ganhava ao mesmo concretude, o que vale dizer, nesse caso, que a forma-fetiche das mercadorias estava definitivamente liberada para encantar a toda a humanidade” (Hardman, 1988: 15). Essas “catedrais do século XIX” (Hardman, 1988: 15) se expandiram em ritmo acelerado na Europa desde princípios dos oitocentos, e catapultaram as possibilidades e o alcance da produção, da circulação, da distribuição e do consumo.

Na América Latina, a “era das ferrovias” tem o seu ponto de partida em 1849, com a incorporação inglesa das companhias do Panama e Copiapo, e no Brasil a primeira articulação estrangeira envolvendo linhas de ferro foi construída em 1868, com os bondes de Recife (ECLAC, 1965: 6), apenas uma década após o início dessas construções por agentes nativos (Geiger; Davidovich, 1961).

A partir de meados do século XIX, e concentradamente a partir dos anos 1870, as potências externas investem montantes cada vez mais expressivos na América Latina. Com a liderança deste processo, a somatória dos títulos de dívida emitidos pelos governos latino-americanos na bolsa de valores inglesa, o *London Stock Exchange*, entre 1851 e 1880 atingiram os £130 milhões, com o Brasil concentrando 18,4% deste total, sendo ultrapassado apenas pelo Peru, que concentrava 34,9% destas emissões. Apesar disso, foi apenas após 1870 que os países centrais passam a investir de forma mais sistemática no continente (ECLAC,

1965). A “era de ouro do capital estrangeiro” denominada pela CEPAL (1965: 7) se estendeu de meados da década de 1870 até as vésperas da primeira guerra mundial (1874-1914), e foi marcada pela corrida do Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos às terras latinoamericanas, cada um buscando delimitar o seu espólio do que restava dos fundos territoriais herdados dos tempos coloniais.

Durante este curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. (...) A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os ‘produtores’ de bens primários [ou seja, os fazendeiros, os homens dos estratos superiores] podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno (Fernandes, 1975: 9).

Os investimentos estrangeiros foram, durante toda a era dos impérios (Hobsbawm, 2012), liderados pelos britânicos (com £179,4 milhões em 1880; £425,7 milhões em 1890; £999,4 milhões em 1913), e seguidos pela França (com 1785,7 milhões de francos em 1880; 5419,5 milhões de francos em 1890; 2969,2 milhões de francos em 1900; 8150,9 milhões de francos em 1913), Estados Unidos (com US\$ 300 milhões em 1897 e US\$ 1000 milhões em 1914) e Alemanha (com cerca de 15% dos investimentos destinados à costa leste do continente, totalizando cerca de 1150 milhões de marcos em 1898 e cerca de 1450 milhões de marcos em 1904, especialmente concentrados nos setores bancário, imobiliário e de serviços públicos essenciais) (ECLAC, 1965).

A Argentina, Brasil e México concentravam, já em 1880, metade dos investimentos britânicos globais, e em 1913 vão atingir 72% do total. Deste montante, os investimentos concentrados no Brasil vão somar, entre os títulos públicos e privados, £38,9 milhões em 1880; £68,7 milhões em 1890; e £223,9 milhões em 1913, mais do que quintuplicando seus investimentos em pouco mais de três décadas (ECLAC, 1965). Entre os investimentos franceses no globo, a América Latina correspondeu a 8,9% nos anos 1890 e 45,1% nos anos da década de 1910 que antecederam a primeira guerra mundial. Os dados disponíveis sobre a distribuição mundial dos investimentos de origem alemã apontam para uma concentração de aproximadamente 35% do total de investimentos na América Latina entre os anos de 1898 e 1904.

As estradas de ferro conformam um universo específico dentro dos ímpetos de dominação das potências estrangeiras. Conforme a CEPAL: “as ferrovias despertaram tanto

entusiasmo que o valor nominal dos ativos britânicos nesse setor aumentou £147 milhões em dez anos [entre 1880 e 1890], principalmente na Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e México” (ECLAC, 1965: 7, tradução nossa<sup>22</sup>). Desde 1880, as estradas de ferro lideraram os investimentos no setor privado dos britânicos na região, e concentraram uma grande fatia mesmo do total dos investimentos, correspondendo a 19,2% em 1880; 39,2% em 1890; 37% em 1900 e 45,8% em 1913, quando atinge o seu ápice (ECLAC, 1965). Segundo o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro (1888), dos interesses britânicos no Brasil em 1888, £18 milhões, o segundo maior agrupamento apresentado, eram destinados às ferrovias. Uma região tão abundante, com tanto por ser descoberto pelo modo de vida ocidental, e com um dos capitais mais bem remunerados dentre os países em que o Reino Unido investia (BSGRJ, 1886c), só poderia tornar o Brasil um alvo de interesse assíduo para aquele país.

Assim, o projeto de exploração do território marca o quadro de fins do século XIX ao compor os ímpetos dos estratos dominantes internos aos das potências estrangeiras, com os elementos nativos como caudatários destes. A especificidade da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro está no fato desta Sociedade se conformar justamente neste momento fulcral de desagregação da sociedade escravista e senhorial, em que as burguesias imperialistas esticam seus olhos, braços e mãos sobre a América Latina, em um processo que só vai se aprofundar ao longo dos séculos XX e XXI. Nesse contexto, se cruzam as ações destes senhores em processo de aburguesamento, seja em suas instituições, profissionais e científicas, como os Clubes, Sociedades, etc., seja no aparelho e na burocracia de Estado, com as ações dos países imperialistas.

De acordo com Moraes,

várias expedições foram organizadas pelo IHGB e por institutos congêneres, os quais também publicaram as memórias dos levantamentos anteriormente realizados, assim como reuniram variada documentação sobre a colonização. Mas igualmente nascentes museus apoiam a realização de viagens visando compor suas coleções minerais, botânicas, zoológicas, e etnográficas. E ainda foram instituídas comissões governamentais com o intuito de reconhecimento do território e sua representação (Moraes, 2011: 126).

O empenho na construção do que viria a ser o Brasil, material e ideologicamente, é sumamente levado a cabo pelos estratos superiores, com forte apoio e ingerência das potências estrangeiras, nomeadamente Reino Unido, França, e ainda a passos tímidos, os Estados Unidos.

---

<sup>22</sup> Do original: “Railways aroused such enthusiasm that the nominal value of British assets in this sector increased by 147 million pounds sterling in ten years, mainly in Argentina, Brazil, Chile, Venezuela and Mexico” (ECLAC, 1965: 7).

Um dos projetos de exploração, catalogação e implantação de ferrovias que tomou conta da SGRJ em diversas ocasiões, e que teve também dentro da estrutura do Estado grande relevância foi a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré<sup>23</sup>. O Estado imperial brasileiro agiu nesse contexto para abrir caminho e viabilizar a efetiva entrada das potências no território.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré fora pensada com vistas à conexão do Brasil com a Bolívia, interiorizando suas vias de comunicação e criando uma alternativa ao transporte de mercadorias daquele país, que não possui saída para o mar. Foram muitos os pontos de debate que envolveram este projeto. Em primeiro lugar, a falta de conhecimento das bacias hidrográficas da região renderam longos debates entre os senhores, exploradores e mesmo o imperador e alguns de seus senadores. As explorações na região, com intuito de se estabelecer as coordenadas de cada um de seus rios, bem como a extensa catalogação botânica, etnográfica, de seu solo, seu relevo e sua fauna, precedem o surgimento da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: em 1868, em meio às negociações de um tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição entre os governos boliviano e brasileiro<sup>24</sup>, um ministro daquele país consegue envolver um coronel estadunidense na proposição de um projeto que abrisse caminho à Bolívia pelo rio Madeira, localizado em terras brasileiras.

Era de interesse da Bolívia possuir acesso a um trajeto que a conectasse ao mar, com vistas ao escoamento das mercadorias primárias lá produzidas. George Earl Church, o coronel estadunidense, conseguiu a concessão do governo boliviano para a construção de um canal fluvial que ligasse a Bolívia ao mar pelo rio Madeira, ou, alternativamente, de uma estrada de ferro com o mesmo fim. É neste contexto que a *National Bolivian Navigation Company*, a empresa que realizará o projeto, é incorporada, em 1870 (JCOMM, 1908), ao Congresso dos Estados Unidos. Neste mesmo ano, o capital desta empresa seria de £2,5 milhões. O governo brasileiro também faz uma concessão para a exploração da região por 50 anos, ainda em 1870, que é ganha pelo mesmo coronel, e que consistiu na autorização da construção de uma estrada de ferro às margens dos rios Madeira e Mamoré. A companhia responsável pelo empreendimento seria a *Madeira and Mamoré Railway Company*, a qual foi agregada pelo coronel estadunidense à *National Bolivian Navigation Company* pelo valor de US\$2 milhões (JCOMM, 1912; Brasil, 1870). A *Madeira and Mamoré Railway Company* receberia, segundo o decreto e a mando direto do governo do império, isenção fiscal de todos os poderes

---

<sup>23</sup> Estudos aprofundados sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré podem ser conferidos em Hardman (1988) e Ferreira (2005).

<sup>24</sup> O Tratado de Ayacucho foi celebrado em 27 de março de 1867 e promulgado por meio do Decreto n. 4.280 (Brasil, 1868).

competentes ao longo dos 50 anos que durassem a concessão. E cumpre-se entre os direitos da empresa estadunidense, ainda, o de desmatar as terras do Estado para seu suprimento privado, seja para alimentar os seus vapores de combustível, seja para a construção de suas obras (Brasil, 1870).

Ainda antes de realizada esta concessão, fora iniciada a exploração do rio Madeira, em 1867, comandada por um engenheiro e desenhista prussiano<sup>25</sup> (JCOMM, 1908; 1912). Tem-se notícia, ainda, de dois tenentes da marinha dos Estados Unidos<sup>26</sup> que exploraram o Madeira antes de firmada essa mesma concessão e tendo precedido também a exploração do engenheiro prussiano (JCOMM, 1908).

Em 1872, um ano antes da grande crise de 1873 que assola a Europa, duas empresas inglesas receberam autorização do império para atuarem no Brasil: a *Amazon Steam Navigation Company* (Brasil, 1872) e a *Public Works Construction Company*. Há notícia inclusive de um cônsul da Bolívia no Brasil<sup>27</sup> que foi empreiteiro desta companhia (BSGRJ, 1887b). A primeira pleiteia – e ganha – um ano após sua chegada ao país, a permissão para exploração de carvão em duas comarcas das províncias do Amazonas e do Pará por três anos. No caso de os ingleses apresentarem, até o fim deste prazo, as cartas geológicas e topográficas da região, com perfil estratigráfico incluso, amostras de minerais e do solo, e uma minuciosa descrição da possança das minas e das terras da região, tanto das devolutas como das privadas, enfim, uma exaustiva catalogação do território, seria-lhe concedido o direito à exploração das minas por mais 30 anos (Brasil, 1873). Quando a *Public Works Construction Company*, após um ano de trabalho na cidade de Santo Antonio, com 25 homens lá presentes em sua equipe de engenheiros, abandona, em 1873, o projeto, o coronel Church busca em seu país uma nova solução ao empreendimento, a saber, a contratação de uma empreiteira que se dispusesse à execução do trabalho apesar das condições “de horrorosa insalubridade” alegadas pelos últimos (JCOMM, 1910). Contratados os empreiteiros estadunidenses da *T. & P. Collins*, em 1878, chega à mesma cidade um dos irmãos da empresa, quando se tem início a construção, abastecida por navios provenientes dos EUA (JCOMM, 1910).

Após a criação e consolidação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ocorre é que os debates e as controvérsias em torno deste projeto ganham nova organicidade, ao terem um novo centro de discussões que se empenhou no esmiuçamento do projeto da estrada de ferro, não deixando-o perecer. O fato é que a relação da construção da estrada de ferro

<sup>25</sup> Franz Keller, nascido em 1835 e falecido em 1890.

<sup>26</sup> William Lewis Herndon (1813-1857) e Lardner Gibbon (1820-1910).

<sup>27</sup> D. Ignacio Aráus, cônsul da Bolívia nas províncias do Amazonas e Pará.

Madeira-Mamoré com as potências europeias e em disputa com os demais países latinos, nomeadamente Argentina e Chile, foi estabelecida pelo Brasil e debatida, incentivada, propagandeada e levada a cabo com o empenho da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Como coloca o contra-almirante José Carlos de Carvalho:

a ‘Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro’, em 1885, encarregou-se de não deixar morrer a patriótica ideia da construção da ‘Estrada de Ferro Madeira-Mamoré’, conseguindo que alguns de seus associados, Pimenta Bueno, Tapajoz, José Carlos e Julio Pinkas tratassem seguidamente do assunto, encarregando-se o seu presidente marquês de Paranaguá e o Visconde de Serro Frio (Cruz Machado) [de] ajudarem no senado a ação do barão de Cotegipe e barão de Mamoré (Ambrósio Leitão da Cunha). (JCOMM, 1912: 3).

As idas e vindas do projeto de construção da estrada de ferro na região amazônica era especialmente cara ao decadente imperador: dois dos membros da Sociedade, um deles sócio correspondente e ambos engenheiros, já haviam sido indicados pelo imperador para compor as comissões de exploração dos rios Madeira e Mamoré, com vistas à implantação de uma estrada de ferro na região, antes mesmo da fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Um dos engenheiros foi nomeado pelo governo imperial para explorar a região, ocupando o cargo de chefe da comissão<sup>28</sup>. Em 1882, quando a nomeação acontece, diz-se que essa comissão conseguiu iniciar os estudos traçados previamente pelos irmãos Collins (JCOMM, 1910). O outro<sup>29</sup> fora designado pelo governo imperial e provincial já em 1875 para participar do comitê científico de exploração da província do Amazonas, do qual participou como ajudante do chefe da comissão (JCOMM, 1875; 1878). Lá atuou também na fiscalização das companhias construtoras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1874, 1878 e 1879 (BSGRJ, 1886a). Julio Pinkas e Alexandre Haag são seus nomes, respectivamente.

Após a sua fundação, então, a sociedade geográfica vira palco central deste debate, que necessitava dar vazão aos impulsos e tentativas de consolidação de uma sociedade nacional, no caso pela demarcação de seu território, expandindo as suas vias de comunicação internas, com vistas à sua integração ao assim chamado mundo moderno, por meio do “progresso civilizacional” .

Desde pelo menos 1877, os ministros da agricultura, comércio e obras públicas, o de transportes, e o dos negócios estrangeiros envolveram-se igualmente nesta empreitada, em íntima relação com a sociedade geográfica da qual se fala (JCOMM, 1912). Não fica atrás o

<sup>28</sup> Julio Pinkas, nascido na Áustria, naturalizou-se brasileiro. Foi engenheiro e sócio da SGRJ (Sacramento Blake, 1899).

<sup>29</sup> Alexandre Haag engenheiro e sócio-correspondente da SGRJ.

ministro da Bolívia no Brasil<sup>30</sup>, que realiza inclusive conferências em defesa da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (BSGRJ, 1886d).

Foram muitas as disputas em torno da rota a ser escolhida para a construção da estrada de ferro, englobando aspectos da geografia econômica, política e física da região. Ou seja, além da verificação da viabilidade de construção da estrada de ferro por causa das quedas d'água de seu percurso, da identificação dos afluentes, da navegabilidade de seus cursos e de suas áreas de várzea, estava ainda em pauta dois outros aspectos intrincados, cuja resolução era fundamental para a realização da obra. São eles: 1. a rentabilidade da mesma e 2. a geopolítica que envolveu a sua construção. Um dos desdobramentos mais evidentes destes elementos foi a controvérsia sobre a trajetória da via em construção: enquanto alguns defendiam que a estrada de ferro Madeira-Mamoré fosse construída pela via do rio Madeira, outros acreditavam ser a trajetória do rio Purus a mais eficaz.

O debate sobre a sua rentabilidade relaciona-se com a organização territorial interna da Bolívia, na medida em que isso influenciaria os caminhos mais vantajosos para o escoamento da produção. Alguns departamentos mais a sul, argumentavam os contrários ao percurso via rio Madeira, e que defendiam a via do rio Purus como mais vantajosa, não fariam uso daquela via para levar suas mercadorias até o porto do Pará, donde partiriam com menos gastos à Europa e aos Estados Unidos, secundariamente. De acordo com estes, apenas os departamentos de Beni e Santa Cruz, que dão conta de praticamente toda a fronteira com o Brasil, fariam uso assíduo da estrada de ferro, deixando-a em déficit. A intervenção em prol deste ponto de vista, por parte do engenheiro que participara do comitê científico de exploração da província do Amazonas desde 1875<sup>31</sup>, consiste em destacar ser o departamento de Santa Cruz “mais notável pela pureza da raça espanhola que ali se conservou, do que pela importância do seu comércio” (BSGRJ, 1886a: 199), uma defesa expressamente racista. Os que defendiam a construção da estrada de ferro pela via dos rios Madeira e Mamoré, partindo do Beni, Madre Dios e Guaporé, em território boliviano, discordavam quanto ao peso econômico dos departamentos em questão, além de afirmarem que o valor dos fretes para este percurso seria menos dispendioso, o que garantiria vantagens econômicas tanto para o país vizinho como para o Brasil.

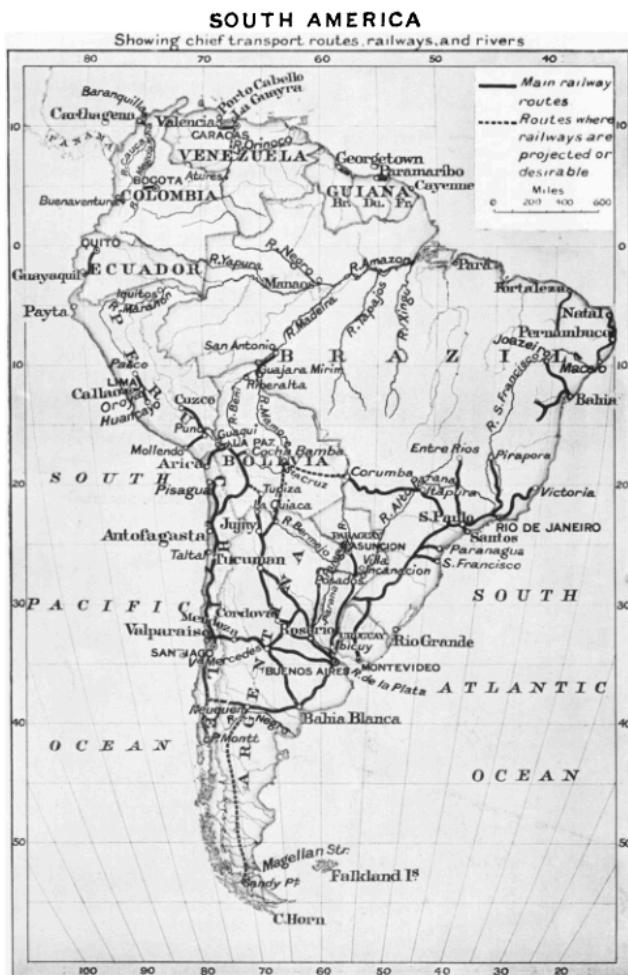
Sobre a opção pela via do rio Purus, não nos foge a promíscua relação entre o nosso engenheiro e sócio-correspondente e um dos coronéis de nome Labre, que instituirá uma

<sup>30</sup> Juan Francisco Velarde, ministro da Bolívia no Brasil e sócio da SGRJ.

<sup>31</sup> Alexandre Haag, sócio-correspondente da SGRJ e engenheiro.

colônia de nome Lábrea às margens do Purus (Pereira, 2002), e para quem a construção de uma estrada de ferro que passasse às margens desta colônia realizaria seus fins particularistas.

Figura 2 - Rios e estradas de ferro na América do Sul (1917)



Fonte: Barclay, 1917: 168-169

Acresce-se a esses elementos a disputa pela conquista de um parceiro econômico como a Bolívia, que por não possuir saída para o mar em seu território, teria de optar por outro que lhe fosse de interesse. As demais estradas de ferro em construção à época que serviriam à circulação de mercadorias da Bolívia davam três opções ao país: se optasse pela estrada de ferro de Córdoba (Argentina), suas mercadorias sairiam do continente pelo Atlântico, tão ao sul quanto o rio da Prata; se fosse a estrada de ferro de Antofagasta (Chile) o trajeto escolhido, tendo suas mercadorias alcançado a cidade que deu nome ao seu porto, estas teriam de atravessar o canal do Panamá, cuja inauguração só se daria de fato em 1914, para então chegar ao Atlântico e rumar à Europa; pela estrada de ferro Madeira-Mamoré, uma vez

atingido o porto do Pará, as mercadorias atravessariam o Atlântico partindo já praticamente da linha do Equador.

A disputa geopolítica que subjaz a estas escolhas evidenciam as disputas intra-continentais, com vistas à obtenção de um parceiro econômico na região. Para os senhores sócios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a questão resumia-se ao seguinte: o país que obtivesse a estrada de ferro que atendesse à Bolívia, seria o país com maior preponderância na região, com o que se destacaria permanentemente, como se fosse concretizar-se uma espécie de subsunção irreversível da Bolívia ao país que garantisse seu acesso ao oceano. Para isso, todas as estradas de ferro – a de Córdoba (Argentina), de Antofagasta (Chile) e a Madeira-Mamoré – buscavam avidamente finalizar a sua construção e com isso conquistar a Bolívia.

Do ponto de vista do Brasil, os interesses políticos e comerciais que envolveram a busca pelo estabelecimento de laço com a Bolívia diziam respeito à capacidade de movimentação das tropas sem a dependência até então vigente ao rio da Prata<sup>32</sup>, e ao aumento da produção nas províncias do Amazonas e do Pará, que poderiam abastecer a Bolívia. Para os senhores da Sociedade do Rio, bastaria a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré para que ambas as regiões deslanchassem, alcançando o desejado progresso, já distante da então monotonia e marginalidade a que estas estavam subjugadas.

As nações estrangeiras, que já tinham por objetivo a conquista neocolonial dos territórios ainda não alcançados pelo mercado europeu, ganham carta branca do Império brasileiro para exercer a navegação na Amazônia: a partir de 1867, por meio do decreto imperial n. 3749, está autorizada a navegação dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e S. Francisco pelos navios mercantes de todas as nações, que se consagra “no intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e o comércio” (Brasil, 1866). De acordo com Wanderley (2021), esse decreto foi expedido pelo Brasil após grande pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos. O Boletim da Sociedade do Rio registra, ainda, que apesar da legislação vigente, este país não restringia-se ao seu cumprimento:

Vemos a América do Norte fazer estudar por si os rios navegáveis da zona em questão: a *Welington* lá esteve, e, a despeito das convenções internacionais,

---

<sup>32</sup> A necessidade de realizar essa expansão para dentro que dá marca à territorialidade da formação social brasileira (Moraes, 2011), teve na Guerra do Paraguai um ponto de inflexão importante: “quando eclodiu a Guerra contra o Paraguai a questão da articulação do território se pôs a nu. A precariedade de mobilizar rapidamente homens, máquinas de guerra e alimentos para as regiões de fronteira acabou por tornar urgente, em meio ao conflito, a necessidade de pensar as melhores maneiras de fazê-lo” (Sousa Neto, 2011: 33).

percorreu os nossos rios, dando lugar a suspeitas sobre os motivos de tais excursões (BSGRJ, 1900: 49).

A publicação desse decreto, em termos de datas, coincide com dois outros marcos relevantes a essa história. Na Europa, foi a partir de 1870 que a hegemonia do capital mercantil começa a, de forma mais acentuada, perder força, e o capital monopolista, a ganhar. Em poucos anos, esse processo culminaria na hegemonização deste tipo de capital sobre os demais, constituindo o princípio desta *fase superior do capitalismo* (Lenin, 2012), que colocaria a reprodução das forças produtivas e das relações de produção em novos patamares.

É para dar conta da superprodução dentro de cada país do ocidente europeu e – naquele momento –, em menor grau, dos Estados Unidos, que estes países passam a buscar a realização de seus lucros em África, Ásia e também na América Latina. Esse novo padrão de dominação e acumulação, particularmente concentrador e centralizador, além de formar monopólios e criar um novo tipo de capital a partir da junção dos capitais industrial e bancário, de onde emergiu uma oligarquia financeira, passa a exportar capitais, em lugar do predomínio monolítico da exportação de mercadorias, como era até então norma. Como desdobramento necessário a esse brutal processo de concentração e centralização de capital, foram criadas associações monopolistas de capitalistas, com vistas à partilha econômica do mundo entre si. Essas associações passariam a exercer forte pressão em suas respectivas nações para que seus interesses estivessem assegurados. No Brasil, por exemplo, era comum que ao se fechar o acordo de financiamento da construção de uma estrada de ferro, este país garantisse que as mercadorias para a sua construção fossem advindas de seu país (JCOMM, 1910; Lenin, 2012). Apesar de se aprofundar sobremaneira nas décadas seguintes, nos mais diversos ramos da produção e circulação, a germinação desse processo remete às últimas quatro décadas do século XIX, e ali já se vislumbram os câmbios econômicos que esses processos estavam estabelecendo.

A partilha territorial do mundo que se executa nas últimas décadas dos oitocentos (Lenin, 2012), da qual o Congresso de Berlim é o maior exemplo, apesar de não ser o único, é representativa deste processo. Afinal, além da partilha econômica do mundo, fora necessário finalizar também a sua partilha efetiva, territorial. A partilha “definitiva” do mundo, que se erige como traço característico deste período, se realiza de forma violenta, como se de fato não houvessem barreiras a serem transpostas – como se não se tratassem de povos dizimados, de uma coerção brutal para que tragassem os dominados este modo de vida que não lhes dizia respeito. Essa truculência, realizada por meios e com força até então desconhecidos, foi o que completou a política colonial dos países capitalistas, de tal sorte que, dali em diante, as novas

divisões territoriais do planeta passam a consistir mormente em uma mudança de quem domina as principais porções territoriais do mundo (Lenin, 2012), tendo já os fundos territoriais se reduzido consideravelmente frente ao avanço das explorações e da sanha conquistadora e expansionista do capital financeiro a nível mundial.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...] Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como ‘caso intermédio’. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semi-dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido. (Lenin, 2012: 115)

As considerações de Forman (1999) sobre o caráter do imperialismo apontam na mesma direção, a saber, a de que, apesar da Grã-Bretanha não possuir domínio direto sobre o Brasil, a potência buscou estabelecer seu poderio no país como forma de reforçar a sua hegemonia ao redor do globo.

Os estudos sobre as interrelações entre o imperialismo britânico e a cultura popular tradicionalmente se limitaram às colônias diretamente controladas pela coroa [inglesa]. No entanto, considerar a presença de comerciantes, diplomatas, engenheiros e fazendeiros em vários outros territórios oferece aos estudiosos uma definição mais abrangente de como o império era concebido, revelando um precursor intrigante do imperialismo econômico dos dias atuais. Um desses casos é o Brasil, onde a extensa influência da Grã-Bretanha sobre a mineração, a produção e distribuição de café, o transporte marítimo, a construção (de ferrovias, esgotos, iluminação e telégrafos) e até mesmo a política [...] levou muitos historiadores a chamar o século XIX de ‘o século inglês’. [...] Embora o Brasil não fosse um país de língua inglesa, uma colônia britânica ou mesmo uma “esfera de influência” designada, ele tornou-se uma das áreas em que a Grã-Bretanha buscou realizar seu desejo de estender sua autoridade ao redor do globo (Forman, 1999: 454-456, tradução nossa<sup>33</sup>).

No Brasil, o resultado de semelhante divisão territorial, na condição de ‘semi-colônia’, que parte do estrangeiro setentrional, tem como resultado o aumento das explorações em território brasileiro, tanto por ‘viajantes’ estrangeiros como nativos. A própria

<sup>33</sup> Do original: “Studies of the interrelations between British imperialism and popular culture traditionally have limited themselves to those colonies directly under crown control. Yet considering the presence of merchants, traders, diplomats, engineers, and planters in a variety of other territories gives the scholar a more inclusive definition of how empire was conceptualized, and one that reveals an intriguing precursor to modern-day economic imperialism. One such case is Brazil, where Great Britain's extensive influence over mining, coffee production and distribution, shipping, construction (of railroads, sewers, lights, and telegraphs), and even politics [...] has prompted many historians to dub the nineteenth century there ‘the English century’. [...] Although Brazil was not an English-speaking country, a British colony, or even a designated ‘sphere of influence’, it became one of the areas in which Britain pursued its desire to extend its authority around the globe (Forman, 1999: 454-456).

cronologia do projeto da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é representativa disso, e a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro não escapa a esse mesmo processo.

As mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas na Europa, entretanto, possuem raízes mais profundas do que a mera divisão territorial do mundo tida como fato em si, como cremos estar demonstrado. As transformações no capitalismo da Europa iriam fazer com que ocorressem novas articulações das economias da periferia do continente, realizadas no sentido de atender às necessidades daquela, em um processo que ocorreria a partir e na direção dela, da mãe-Europa (Fernandes, 1975). As influências externas em fins dos oitocentos passam a adentrar todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, de tal sorte que a dominação externa passa a ser

uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das ‘classes exportadoras’ (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos (Fernandes, 1975: 9).

A outra linda temporal remete-nos ao fato de que tenha sido após 1870 que uma verdadeira miríade de novas sociedades geográficas tenham sido criadas, inclusive na Europa, como bem demonstraram os professores Horacio Capel (1977), Michael Heffernan (2009) e Ruy Moreira (1987). É reafirmando a história como *processo* que saltam aos olhos esses três acontecimentos, que não podem ser mirados em separado, ou então compreendidos como mera coincidência.

Se condensa a esse cenário o fato de ter surgido no Brasil, em 7 de junho de 1888, a Sociedade de Geografia do Amazonas, sediada em Manaus, no bojo do crescimento dos anseios das potências capitalistas sobre a região, apenas duas décadas após o decreto imperial que abriu, dessa vez não os portos, mas o interior dos rios, aos afãs do mercado mundial. Seu fundador foi um coronel e membro da Sociedade co-irmã do Rio de Janeiro<sup>34</sup>, e esta saúda, em seu Boletim, a nova instituição, que servirá como “[...] mais um importante auxiliar para os esforços da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” (BSGRJ, 1888c: 237). À época de sua fundação, o Amazonas já estava há alguns anos “sulcado [...] por mais de 60 vapores de diversas nacionalidades” (BSGRJ, 1886a: 191).

Tampouco passa despercebida a criação da Sociedade de Geografia Econômica de Minas Gerais, alguns anos depois, em 1890, pelo diretor, desde 1876, da Escola de Minas de

---

<sup>34</sup> Francisco Antônio Pimenta Bueno (1836–1888), coronel e sócio da SGRJ, foi também gerente na *Amazon Steam Navigation Company* (Sacramento Blake, 1900).

Ouro Preto, um senhor francês<sup>35</sup>. Como relata o Noticiário do Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Sociedade de Minas Gerais

incumbir-se-á de tornar conhecidos na Europa, por meio de publicações em jornais e folhetos e de conferências, os grandes recursos naturais de Minas Gerais, e as vantagens que oferece aos imigrantes; fundar e manter nas cidades principais da Europa exposições permanentes dos produtos naturais e industriais do Estado Mineiro; [...] estabelecer na Europa e no Rio de Janeiro agências de informações sobre os recursos de Minas, seu clima, uberdade do solo, etc (BSGRJ, 1890: 32-33).

Apesar de breve em sua menção, a Sociedade do Rio de Janeiro, através de seu Boletim, afirma haver estabelecido relações com a congênere mineira, com a troca de seus Boletins e estatutos (BSGRJ, 1890).

A criação destas sociedades geográficas, assim como ocorreu com a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, passam a dar nova dinâmica a temas que já eram de interesse ao país, e particularmente à constituição de uma sociedade nacional em seu território. Elas surgem, em uma palavra, onde há interesses econômicos, políticos, sociais e culturais que servissem à construção desta sociedade nacional. Acompanham, nesse sentido, as demandas da formação territorial do país, e podem ser vistas como parte dos indicadores que fisgam o seu desenvolvimento particular, como fruto de uma formação social escravista.

A Sociedade fluminense encabeçou a todo vapor o projeto de interiorização das vias de comunicação do país, buscando garantir uma posição de destaque dentre os países latinoamericanos – facilitada por suas proporções continentais e peso econômico – e de dependência às potências européias e estadunidense, cercado que ficou pela dominação externa característica do *imperialismo restrito* de fins dos oitocentos e princípios do século XX, bem como pela debilidade dos estamentos superiores em aburguesamento, que se manteriam dependentes e associados a esta dominação externa até o presente. Se estes projetos já estavam em andamento antes da fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foi após o seu surgimento que essa discussão ganha um centro de propulsão e debate no território, contribuindo inclusive com outro processo que já estava em curso àquele tempo: o do reconhecimento de interesses comuns aos seus estamentos, pelo que constitui a sua criação uma espécie de necessidade orgânica a esta “classe” sobremaneira débil e em processo de formação. É do âmago desta injunção, e como fruto desta formação social e territorial, que surge o burguês complacente (Fernandes, 1975). A Sociedade amazônica, de um lado, exprime os interesses de rapina das nações estrangeiras sobre a rica região, que ainda possuía

---

<sup>35</sup> Henri Gorceix nasceu em 1842 e veio a falecer aos 77 anos, em 1919.

rincões a serem capturados para mercados estrangeiros. A Sociedade mineira, de outro, revela mais um dos grandes interesses àquelas mesmas potências, a saber, o de seus minérios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, apesar de se desenvolver quando a ordem escravista e senhorial começava a dar sinais de que chegaria ao seu fim, ao ser suplantada pela ordem concorrencial, teve as marcas do controle paternalista e burocrático característicos da ordem estamental. As especificidades do processo da formação territorial brasileira explicam esse quadro, que Ruy Moreira (2013) bem caracteriza como um momento de *transição*.

Neste momento de afinamento entre os “interesses coletivos” e a conformação da “comunidade de interesses” (Fernandes, 2010; 2020) dos senhores que, à medida que se urbanizavam, também se aburguesavam, a SGRJ surge como mais um dos espaços de sociabilidade dos setores dominantes. Por isso dizemos que ela cumpriu com uma necessidade orgânica dessas classes em aburguesamento, que foram tão profundamente vinculadas aos elementos estamentais e que arrastaram para a ordem competitiva do capital elementos tipicamente coloniais.

A fundação da SGRJ, além disso, se dá em meio à conformação de diversas sociedades congêneres em todo o mundo, e especialmente na Europa. Se o *boom* de crescimento na quantidade de sociedades geográficas nos anos 1870 está atrelado ao desenvolvimento do capital monopolista na Europa, que tem como um de seus focos a política neocolonial, o surgimento das sociedades geográficas nos países de passado colonial a vincularam, em geral, aos processos de conformação de seus respectivos Estados nacionais. Esse processo engendraria elementos específicos a depender da realidade interna de cada país. No caso brasileiro, a atividade de exploração e inventariamento do território foi dinamizada pela Sociedade do Rio, e o território e o seu povo, os subalternos, sofreram, nesse processo, uma dupla pilhagem porque, em primeiro lugar, a entrada do “progresso” significou a manutenção da exclusão do povo da sua vida social, o que se alastrou por todo o espaço nacional, produzindo um território marcado por esses traços. Os planos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nesse caso, são exemplares, visto que a ampla catalogação do território e as efetivas tentativas de sua construção não foram feitas levando em conta a vida local e a inclusão dos povos autóctones na realidade da “vida moderna”. E a pilhagem é ainda reincidente quando as potências estrangeiras esticam as mãos sobre o território nacional para ampliarem os seus lucros, ou quando os próprios senhores nativos levam os resultados do inventariamento territorial até eles, para efetuarem seus estudos e outras conspirações de classe, em seus encontros mundiais, como foram aqueles propiciados pela instalação das

exposições universais. A vinculação dos senhores advindos dos setores dominantes brasileiros à burguesia imperialista internacional é ampla e flagrante. Se nos remetemos mais uma vez ao caso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, aí enquadramos a expedição dos diversos decretos que abriram caminho, docilmente, dos países estrangeiros às riquezas nacionais dos fundos territoriais.

O que buscamos assinalar, enfim, é que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro participou largamente da vida interna do país, e ali cumpriu com uma função fundamental, que foi a de contribuir com a edificação de um Estado nacional. As características deste “nacional”, entretanto, seriam marcadas pela complacência e pusilanimidade da sua classe dominante, e pelo ambiente interno propício à dominação externa, enfim, pela autocracia e dependência, que são dois grandes carros-chefes do estabelecimento da ordem competitiva e da revolução burguesa no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago.** Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto. 2016. 369 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08052017-121250/pt-br.php>. Acesso em: 10 jun 2021.

CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de geógrafos. **GEO Crítica: cuadernos de críticos de geografía humana**, ano 1, n. 8, mar. 1977. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/geo8.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CARRIS, Luciene. **O Lugar da Geografia Brasileira:** a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Annablume, 2013.

CARRIS, Luciene. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909).** Orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2003. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13069>. Acesso em: 13 set 2021.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, pp. 183-206, 2014.

DRIVER, Felix. Scientific Exploration and the construction of Geographical knowledge: hints to travellers. **Finisterra**, vol. 33, n. 65, pp. 21-30, 1998. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1721>. Acesso em: 09 mar 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>. Acesso em: 7 out 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Círculo fechado:** quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. Os desenraizados. **Folha de SP**, 1986.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo:** história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FORMAN, Ross G. When Britons Brave Brazil: British Imperialism and the Adventure Tale in Latin America, 1850-1918. **Victorian Studies, Spring**, vol. 42, n. 3, pp. 454-487, 1999.

GEIGER, Pedro Pinchas; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. vol. 23, n. 2, pp. 263-360, 1961.

GEORG, M.; WARDENGA, U. "Our Field Is the World": Geographical Societies in International Comparison, 1821–1914. In: SCHELHAAS, Bruno; FERRETTI, Federico; NOVAES, André Reyes; FRIEDBERG, Marcella Schmidt di (org.). **Decolonising and Internationalising Geography - Essays in the History of Contested Science**. Switzerland: Springer, 2020.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A emigração como força civilizadora: portugueses nas colônias africanas e no Brasil independente. **Revista de História**, n. 177, pp. 1-54, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/139881>. Acesso em: 13 set 2021.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARVEY, David. **Spaces of capital. Towards a critical geography**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

HEFFERNAN, Michael. Histories of Geography. In: CLIFFORD, N. J.; HOLLOWAY, S. L.; RICE, S; VALENTE, G. **Key concepts in Geography**. Los Angeles: SAGE, pp. 3-20, 2009. Disponível em: [https://us.sagepub.com/sites/default/files/upm-assets/24130\\_book\\_item\\_24130.pdf](https://us.sagepub.com/sites/default/files/upm-assets/24130_book_item_24130.pdf). Acesso em: 18 mai. 2021.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. **R. IHGB**, a. 171 (448) pp. 31-62, 2010.

MARY, C. P. **Geografias pátrias - Portugal e Brasil - 1875/1889**. Niterói: Eduff, 2010. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/index.php/livros/373-geografias-patrias-portugal-e-brasil-1875-1889>. Acesso em: 09 set 2021.

MARY, Cristina Pessanha. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 156-171, jul.-dez. 2005. Disponível em: [http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=18](http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=18). Acesso em: 18 mai. 2021.

MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, n. 1, mai. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11601>. Acesso em: 18 mai 2021.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908)**. Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco. Dissertação de Mestrado. 212 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26042013-095008/pt-br.php>. Acesso em: 18 mai 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 1987.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

OLIVEIRA, Cecília Brancher de. **A modernização conservadora no ensino superior brasileiro até 1968**: gênese e desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás. 2023. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social. 2023.

OWENSBY, Brian P. **Intimate ironies: modernity and the making of middle-class lives in Brazil**. Palo Alto: Stanford Press, 1999.

PEREIRA, Sergio Nunes. **Sociedade de geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**. Orientador: Prof. Dr. José William Vesentini. 2003. 186 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana, 2002.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRADO JR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SALGADO, Manoel Luis. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, **Estudos históricos**, n. 1, pp. 5-27, 1988.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. As eleições no Brasil Império: notas historiográficas a partir de uma província do norte. **CLIO - Revista de pesquisa histórica**, vol. 41, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim paulista de geografia**, n. 54, pp. 81-100, 1977.

SILVA, Marco Aurélio.; ENGEL, Matheus. The geography of Milton Santos and the problem of the marxism of instances: a gramscian reading. **Materialismo Storico**, vol. X, n. 1, 2021. Disponível em: <https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2997/2607>. Acesso em: 30 out 2025.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **Geousp**, v. 25, n. 1, p. 1-6, e-173953, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/173953>. Acesso em: 16 mai 2021.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Brazilian geography and the study of territorial formation. In: GONZÁLEZ, Rubén C. Lois; JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero. **Brazilian Geography in theory and in the streets**. Singapura: Springer; IGU | UGI, 2022.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2 | 2001. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/343>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Narrativas em história da geografia na geografia histórica do capitalismo. In: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes; DUARTE, Rildo Borges (org.). **Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda, 2020.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. **Planos para o Império:** os planos de viação para o Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

STODDART, David. R. The RGS and the ‘New Geography’: changing aims and changing roles in nineteenth century science. **The Geographical Journal**, [S.I], vol. 146, n. 2, p. 190-202, jul. 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/632860>. Acesso em: 18 mai. 2021.

WANDERLEY, Andrea C. T. **O fotógrafo, desenhista e engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger (1835-1890)**. Disponível em: <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=25046>. Acesso em: 22 set 2023.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)**. 1996, 209 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PROLAM (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

## FONTES

***Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro***

BSGRJ. **Atas das sessões da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de fevereiro a setembro de 1883.** Edição 01, pp. 177–189, 1885a.

BSGRJ. **Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro:** introdução. Edição 01, pp. 3–8, 1885b.

BSGRJ. **Diretoria e comissões para o ano de 1886.** Edição 04, pp. 409–411, 1885c.

BSGRJ. **Estatutos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro aprovados em 8 de julho de 1883.** Edição 01, pp. 191–198, 1885d.

BSGRJ. **O alto Madeira e a sua ligação ao Mamoré:** primeira conferência pelo comendador Julio Pinkas, ex-engenheiro em chefe da comissão de estudos da viação-férrea do Madeira e Mamoré. Edição 03, pp. 259–283, 1885e.

BSGRJ. **O alto Madeira e a sua ligação ao Mamoré:** segunda e terceira conferências pelo comendador Julio Pinkas, ex-engenheiro em chefe da comissão de estudos da viação-férrea Madeira e Mamoré. Edição 04, pp. 343–376, 1885f.

BSGRJ. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro:** administração de 1885. Edição 02, pp. 199–200, 1885g.

BSGRJ. **A Republica da Bolivia, seu comércio, industria e vias de comunicação considerados especialmente em suas relações com a construção da estrada de ferro de Madeira e Mamoré.** Conferência por Alexandre Haag. Edição 03, pp. 191–210, 1886a.

BSGRJ. **Noticiário pelo redator Dr. Paula Freitas.** Edição 03, pp. 258–264, 1886b.

BSGRJ. **Noticiário pelo redator Dr. Paula Freitas.** Edição 04, pp. 312–318, 1886c.

BSGRJ. **O Rio Madeira e seus afluentes:** as últimas explorações nos rios Beni, Madre de Dios, Orton e Abuná. Conferência realizada pelo Sr. Dr. D. Juan Francisco Velarde. Edição 03, pp. 165–190, 1886d.

BSGRJ. **Presidentes honorários e diretoria para o ano de 1887.** Edição 04, p. 389, 1886e.

BSGRJ. **Noticiário pelo redator da Revista.** Edição 02, pp. 132–144, 1887a.

BSGRJ. **O alto Madeira:** pelo engenheiro Júlio Pinkas. Edição 04, pp. 269–309, 1887b.

BSGRJ. **O Brasil.** Conferência de James Wells na praça do Comércio de Londres. Edição 03, pp. 183–186, 1887c.

BSGRJ. **O povoamento da Amazônia:** conferência pelo sócio correspondente Francisco José de Sant'Anna Nery. Edição 03, pp. 193–207, 1887d.

BSGRJ. **Presidentes honorários e diretoria para o ano de 1888.** Edição 04, p. 334, 1887e.

BSRGJ. **Diretoria para o ano de 1889.** Edição 04, p. 355, 1888a.

BSGRJ. **Exploradores brasileiros.** Edição 02, pp. 121-127, 1888b.

BSGRJ. **Noticiário pela redação.** Edição 03, pp. 232–244, 1888c.

BSGRJ. **Diretoria para o ano de 1890.** Edição 04, p. 283, 1889.

BSGRJ. **Noticiário:** Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas Gerais - Reunion Coloniale, Paris - Exposição nos Estados Unidos em 1892 - O Pará e o Amazonas em 1888. Edição 01, pp. 35–40, 1890.

BSGRJ. **Diretoria e comissões para o ano de 1892.** Edição 04, pp. 317-318, 1891.

BSGRJ. **Diretoria para o ano de 1893.** Edição 04, p. 237, 1892.

BSGRJ. **Noticiário.** Edição 01, pp. 32–40, 1900.

### *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **A Estrada de Ferro Madeira e Mamoré - A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o clube de engenharia - a minha viagem à Bolívia e ao Acre - O tratado de Petrópolis.** Ed. 195, 14 de julho de 1912.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Amazonas.** Ed. 115, 26 de abril de 1875.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Coronel George Church.** Ed. 12, 12 de janeiro de 1910.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.** Ed. 261, 18 de setembro de 1908.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Exterior - Correspondência do Jornal do Commercio - A abolição da escravidão e a imprensa inglesa. Interview com o sr. James Wells.** Ed. 200, 19 de julho de 1888.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Ministério da Agricultura.** Ed. 100, 10 de abril de 1878.

JCOMM – Jornal do Commercio - RJ. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.** Ed. 355, de 22 de dezembro de 1884.

### *Documentos, leis, decretos, relatórios, censos e cartas*

AN. Biografias: João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá. Disponível em: [https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/670-joao-lustosa-da-cunha-paranagua-marques-de-paranagua#:~:text=Foi%20presidente%20das%20prov%C3%ADncias%20do,Conselho%20de%20Estado%20\(1879\)](https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/670-joao-lustosa-da-cunha-paranagua-marques-de-paranagua#:~:text=Foi%20presidente%20das%20prov%C3%ADncias%20do,Conselho%20de%20Estado%20(1879)). Acesso em: 9 dez 2025.

AN. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial: Conselho de Estado. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/290-conselho-de-estado>. Acesso em: 9 dez 2025.

AN. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial: Presidente do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/331-presidente-do-conselho-de-ministros>. Acesso em: 9 dez 2025.

BARCLAY, W. S. The geography of South American railways, **Geographical Journal**, vol. 49, n. 3, pp. 161–201, 1917.

BRASIL. Constituição política do império do Brasil (de 25 de março de 1824), 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 20 dez 2023.

BRASIL. Decreto n. 3029, de 9 de janeiro de 1881. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em 20 dez 2023.

BRASIL. Decreto n. 3749, de 7 de dezembro de 1866. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3749-7-dezembro-1866-554560-publicacaooriginal-73201-pe.html>. Acesso em: 22 set 2023.

BRASIL. Decreto n. 4509, de 20 de abril de 1870. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D4509-1870.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D4509-1870.htm). Acesso em: 26 set 2023.

BRASIL. Decreto n. 5020, de 18 de julho de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5020-18-julho-1872-551227-publicacaooriginal-67467-pe.html>. Acesso em: 18 set 2023.

BRASIL. Decreto n. 5348, de 16 de julho de 1873. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5348-16-julho-1873-551484-publicacaooriginal-68009-pe.html>. Acesso em 18 set 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 09 dez 2025.

ECLAC. **External financing in Latin America**. New York: United Nations, 1965.

IBGE. Recenseamento geral do Brasil 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 20 dez 2023.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro – vol. 5**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1899.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro – vol. 6**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1900.

UNICAMP. **Linha do tempo - números, estatísticas e valores**. Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/memoria/base\\_temporal/Numeros/index.htm](https://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/index.htm). Acesso em: 17 set 2023.